



**GÊNERO E CIDADE:
O ACOLHIMENTO ÀS MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLENCIA EM
CAMPINAS-SP**

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INTEGRADO

**GÊNERO E CIDADE:
O ACOLHIMENTO ÀS MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLENCIA EM
CAMPINAS-SP**

ANDRESSA COUTO NORA

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESTA OBRA É DE ACESSO ABERTO. É PERMITIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
DESDE QUE CITADA A FONTE E RESPEITANDO A LICENÇA CREATIVE COMMONS INDICADA

GÊNERO E CIDADE: O ACOLHIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM CAMPINAS-SP

ESTA OBRA É DE ACESSO ABERTO. É PERMITIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
DESDE QUE CITADA A FONTE E RESPEITANDO A LICENÇA CREATIVE COMMONS INDICADA

Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP)
Universidade de São Paulo

Trabalho de graduação integrado

Andressa Couto Nora

Comissão acompanhamento permanente (CAP)

Aline Coelho Sanches

Anja Pratschke

Joubert José Lancha

Luciana Bongiovanni M. Schenk

Luciano Bernardino da Costa

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ng

Nora, Andressa Couto
Gênero e cidade: o acolhimento às mulheres vítimas
de violência em Campinas- SP / Andressa Couto Nora.
- São Carlos, 2022.
124 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em
Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Casa-abrigo. 2. Acolhimento. 3. Cidade. 4.
Corpo feminino. I. Título.

Coordenadora do grupo temático (GT)

Joana D'Arc de Oliveira

Banca examinadora

Aline Coelho Sanches

Joubert José Lancha

Magaly Marques Pulhez



Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:

Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

RESUMO

O objetivo deste trabalho é a concepção de um anteprojeto de uma casa de acolhimento que receba as mulheres vítimas de violência que não estejam em risco iminente de morte no município de Campinas, SP. O projeto dialoga com as questões sobre o direito à cidade, as lógicas de produção do espaço assimétricas e as dinâmicas de violências existentes. O espaço volta-se ao resgate da autonomia pessoal e social das mulheres, de modo que elas consigam retornar ao convívio social. Um local de permanência estendida às vítimas de modo que seus filhos recebam apoio educacional e psicossocial necessários durante o período em que estiverem no abrigo.

Palavras-chave: Casa-abrigo. Acolhimento. Cidade. Corpo feminino.

SUMÁRIO

01	INTRODUÇÃO	08
02	INQUIETAÇÕES	12
	O DIREITO À CIDADE	13
	ENTRE CORPO E MEMÓRIA: A EXPERIÊNCIA DA MULHER NA CIDADE	15
	PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO BRASIL E O SURGIMENTO DA CASA ABRIGO	17
	CORPOS VULNERÁVEIS: A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP	19
03	LEITURA URBANA	26
	CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO	27
	PERÍMETRO DE INTERVENÇÃO	43
	LEVANTAMENTO DO TERRENO	61
04	O PROJETO	68
	ESTUDO DO PERFIL DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM CAMPINAS-SP	70
	O PROGRAMA	73
	REFERÊNCIAS PROJETUAIS	79
	DIRETRIZES DE PROJETO	83
	IMPLEMENTAÇÃO	86
	PLANTAS	87
	TIPOLOGIAS	95
	ESTRUTURA	103
	CORTES	105
05	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
06	REFERÊNCIAS	122

01

INTRODUÇÃO

O trabalho foi motivado pelo desejo de compreender as relações assimétricas de produção do espaço que, comumente, se distanciam das perspectivas e vivências femininas, contribuindo para a manutenção das relações de poder e violência. Tais dinâmicas também impactam no modo como o sistema de acolhimento às mulheres se configura, principalmente no que tange aos abrigos de segurança.

O estudo se apoiou, inicialmente, num recorte teórico sobre o debate das questões de gênero aplicado ao tema do direito à cidade, buscando compreender a representação simbólica do corpo feminino na cidade e as dinâmicas de violências existentes. Direcionando o olhar para o município de Campinas-SP, foram realizadas visitas ao Centro de Referência e Apoio à Mulher (CEAMO) e à Delegacia da Mulher (DDM) para melhor compreender o funcionamento da rede de atendimento às vítimas de violência na cidade. A visita ao CEAMO possibilitou a realização de entrevista com a psicóloga responsável pelo gerenciamento da instituição. Além disso, o trabalho contou com uma visita ao terreno, onde foram levantadas as informações pertinentes ao estudo.

Com base nos levantamentos teóricos e de campo, o trabalho se destina a contribuir para a ampliação da rede de apoio à mulher em Campinas por meio da criação de um equipamento que acolha mulheres vítimas de violência que **não estejam em risco iminente de morte**. A Casa de acolhimento volta-se ao resgate da autonomia pessoal e social das mulheres e busca a capacitação para que elas possam sair do abrigo aptas ao mercado de trabalho e ao convívio social. O espaço foi planejado para a **permanência estendida às vítimas** de modo que seus filhos recebam apoio educacional e psicossocial necessários durante o período em que estiverem no abrigo.

A princípio, apresenta-se uma discussão teórica sobre as questões de gênero no âmbito da produção da cidade, bem como reflexões acerca das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência no Brasil, buscando compreender a rede de apoio às mulheres no município de Campinas. Posteriormente, o trabalho apresenta as leituras urbanas realizadas por meio de dados e levantamentos que foram relevantes para a escolha da região de intervenção. Além disso, destaca-se o estudo do perfil das mulheres vítimas de violência em Campinas que deu base para o desenvolvimento do partido projetual e, principalmente, do programa.

02

INQUIETAÇÕES

O direito à cidade

As discussões sobre o direito à cidade apontam para a articulação das experiências das pessoas como fonte de conhecimento fundamental para as decisões urbanas. A compreensão das dinâmicas urbanas nos leva a conhecer quem de fato faz uso, se apropria e produz a cidade, resultando em questionamentos tais como: as cidades vêm sendo pensadas para um corpo específico?

Lefebvre (2001), nos anos 1960, teceu reflexões sobre a modernidade sensível, associando o avanço das forças produtivas à urbanização da sociedade. Para ele, refletir sobre a modernidade requer refletir também sobre a industrialização das cidades. Esse processo de desenvolvimento das cidades resultou na hierarquização das camadas sociais, promovendo uma dissociação de vínculos da população em relação ao bairro, se afastando de formas tradicionais de sociabilidade. Isso se aproxima muito dos apontamentos de Jacobs (2011) sobre a cidade moderna, em que ela reivindica a vida urbana do bairro não contemplada no processo de concepção moderna.

Para Lefebvre, os principais resultados do desenvolvimento das cidades foram a segregação e a criação de centros concentrados de decisão. Harvey (2014) retoma as discussões de Lefebvre sobre o direito à cidade, questionando a produção do espaço centrada em lógicas capitalistas de exclusão e exploração. O conceito do direito à cidade, desse modo, envolve a participação dos indivíduos nos processos de transformação do ambiente urbano que, muitas vezes, é moldado por interesses do capital em detrimento das experiências das pessoas. O autor aponta ainda para o fato das cidades terem surgido da concentração geográfica e social de um excedente de produção. Nessa visão, o fenômeno da urbanização sempre foi algo ligado à classe social e o controle sobre o emprego do lucro ficava nas mãos de poucas pessoas.

Primeiramente, o Direito à Cidade diz respeito ao anseio latente por acesso dos grupos que permanecem segregados, aquelas classes e frações de classe que são extremamente necessários para o funcionamento da sociedade, mas se encontram, de modo bastante literal, para fora dos bens coletivamente produzidos. Obviamente a necessidade primeira é o acesso à terra, que possibilite um habitar, mas também acesso à infraestrutura básica, aos serviços e aos meios de produção (COLOSSO, 2019, p.251)

Os mecanismos de concentração de renda e a apropriação privada da cidade impossibilita à grande parcela da população o acesso à terra, levando a segregação socioespacial associada a outras lógicas de precarização das condições de vida urbana. Essa segregação atinge grande parte das mulheres de baixa renda, muitas delas chefes de família que, ao se deslocarem para outros locais, perdem a interação social do ambiente em que vivem e o acompanhamento dos seus filhos (MEYLAN, 2019).

Montaner e Muxi (2021) também fazem uma crítica à cidade global e ao planejamento urbano moderno, que, no fim do séc. XX e início do XXI, se afasta da defesa de algo público e se aproxima de interesses privados voltados às perspectivas de cunho globais e neoliberais. Na visão dos autores, essa cidade fragmentada se caracteriza por priorizar os fluxos, a desterritorialização, a transitoriedade e a mobilidade privada.

Desse modo, eles defendem a perspectiva do comum, ou seja, estratégias e decisões urbanas que se aproximam da ideia de cooperação e comunidade, levando em consideração as experiências históricas da população. Eles reivindicam uma aproximação com os problemas reais da população.



figura 01_ manifestação
Fonte: LEMOS, HARKOT, SANTORO, 2017.

O comum deve ser interpretado como uma ação constante, uma atividade compartilhada e aberta, um exercício de corresponsabilidade, e como um pertence, uma propriedade, uma posse. Uma postura que busca o equilíbrio a favor da distribuição equitativa de bens, serviços e oportunidades que não coloquem em perigo a continuidade futura desses elementos (MONTANER, MUXI, 2021, p.92).

Entre corpo e memória: a experiência da mulher na cidade

A relação entre o corpo não masculino e a cidade é marcada por um conjunto de reflexões múltiplas e complexas que necessariamente marcam o planejamento urbano. Dentre elas, destaca-se o não-acesso desses corpos à cidade, resultado de uma concepção erigida sob uma ótica masculina, em que as experiências femininas e plurais eram desconsideradas em relação às escolhas sobre a forma e a função dos espaços. Compreender a representação simbólica, especificamente do corpo da mulher na cidade, se coloca como ponto essencial nessa discussão. O corpo feminino se configura como aquele regido por relações de poder construídas socialmente, culturalmente e racialmente, inserindo-se num ambiente de negociação, invisibilização e violência constantes.

A pensadora contemporânea Judith Butler (2010) no livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* apontou para a ideia de uma história do corpo e do sexo moldada por discursos e códigos simbólicos coletivos. Nessa visão, tais práticas e discursos, que conformam corpos e identidades específicas, contribuem para a formação de mecanismos de violação e invasão. Ela afirma que dentro da perspectiva feminista, para garantir a visibilidade e a legitimidade das mulheres enquanto sujeitos políticos, foi preciso o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las. Desse modo, foi construída uma imagem das mulheres enquanto sujeitos do feminismo.

Ainda que isso tenha sido criado como forma de construir uma “solidariedade da identidade”, o uso do termo mulheres supõe uma única categoria. Na visão da teórica, essa generalização pode levar a exclusão, pois o termo mulheres se constituiu enquanto uma gama de diversidades.

Essa noção interseccional possibilita pensar nas diversas formas de opressão e violência que marcam, por exemplo, o ser mulher negra numa sociedade de classe (RIBEIRO, AVILA, 2019). O corpo feminino negro se caracteriza como um território de intenso conflito e resistência numa sociedade marcada pelo racismo estrutural.

A cidade, neste contexto, configura-se como um organismo dinâmico e complexo que reflete valores sociais, ou seja, se a sociedade marginaliza grupos e minorias sociais, o espaço urbano evidencia essa marginalização e, por consequência, a relação contínua entre espaço, ordem social e dinâmicas de controle dos corpos (PORTO, COELHO, TROMBINI, LIMA, 2017, p.67).

Enquanto a narrativa do corpo feminino branco, por exemplo, estava restrita ao ambiente privado até a década de 70, a mulher negra já ocupava os diversos territórios da cidade, principalmente enquanto força de trabalho. Nessa perspectiva, o gênero feminino está sujeito à violência cotidiana seja ela física, sexual, moral, psicológica ou patrimonial e carrega consigo um demarcador de classe e raça. Segato também (2006) coloca que o corpo feminino significa território. O domínio, a apropriação e a domesticação desse corpo é uma tentativa de controle territorial e, desse modo, se configura enquanto crime de poder.

O fenômeno da violência, segundo a antropóloga, se dá por meio da relação de dois principais eixos de interlocução: o horizontal e o vertical. O eixo horizontal está organizado em torno de uma concepção de contrato entre os homens, em que as relações se processam por meio de alianças ou concorrências “entre iguais”.

Já no eixo vertical predomina a relação dominador-dominado, ou seja, relações de dominação entre desiguais. Com base na perspectiva do eixo horizontal, a prática da violência sexual ou física no âmbito urbano seria uma exibição da capacidade de domínio, resultado dessa competição entre iguais. A autora aponta ainda que os crimes de gênero que ocorrem no âmbito do espaço doméstico se diferenciam, uma vez que o autor da violência faz uso de um território que ele já controla, é como se houvesse uma constatação de um domínio já existente (SEGATO, 2006).

Nessa perspectiva, importa compreender a tipificação da violência contra a mulher. De acordo com o Centro de Referência e Apoio à Mulher de Campinas, as formas de violência são:

- Violência moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria;
- Violência física: qualquer conduta que ofenda a integridade física ou a saúde corporal da mulher;
- Violência psicológica: utilização de ameaças, insultos, desprezo, deboche, forçando a mulher a viver de forma que cause desconforto ou constrangimento. Este tipo de violência se expressa também através de chantagem, ridicularização, vigilância constante, perseguição e ações que limitam o ir e vir da mulher;
- Violência sexual: qualquer conduta que constranja, intimide, ameace, coaja ou faça uso da força física para presenciar, manter ou participar de relação sexual não consentida, assim como force a mulher ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou prostituição ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

- Violência patrimonial: qualquer conduta que retenha, danifique ou destrua pertences pessoais como roupas, móveis, documentos, bens, entre outros;

No caso da violência doméstica, existe um ciclo recorrente, na maioria dos casos, que se configura segundo quatro principais fases: tensão, explosão, arrependimento e Lua de Mel. Na fase 1, há uma construção da tensão com provocações, ofensas e humilhações, já na fase 2 ocorrem os episódios de descontrole e violência física. Na terceira fase, há um arrependimento do parceiro e um pedido de desculpas. Por fim, na fase 4, o episódio de agressão é “esquecido” até que o ciclo recomece novamente.

Panorama das políticas públicas voltadas à violência contra mulheres no Brasil e o surgimento da Casa Abrigo

As primeiras políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência contra mulheres estiveram intimamente ligadas as reivindicações do movimento feminista junto ao Estado. A primeira Delegacia de Defesa da Mulher e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foram criados em 1985. O papel do Conselho era monitorar as políticas públicas voltadas, naquele momento, à criação e manutenção das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e das Casas Abrigos (BRASIL, 2011).

Margareth Rago (2016) apontou para o fato de que as políticas públicas cresceram, nos últimos anos, a exemplo da Lei Maria da Penha, a tipificação do feminicídio, o Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência, o Programa Mulher (Viver sem Violência) que possui uma rede de mobilização importante em comunidades, mas que estão muito longe dos grandes centros urbanos.

Ainda que sejam programas importantes, não garantem a proteção integral dos direitos das mulheres dado que, em muitos municípios brasileiros, os serviços de acolhimento e prevenção previstos não foram implantados, carecendo de investimentos e treinamento especializado para os profissionais que atuam na rede de proteção à mulher. No caso do abrigamento, existem diretrizes nacionais que surgem a partir da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003.

As diretrizes se baseiam na proposição de novas metodologias de abrigamento como o acolhimento temporário de curta duração e o estabelecimento de um fluxo geral de atendimento entre os serviços da rede de enfrentamento nas cidades (BRASIL, 2011).

O abrigamento, portanto, não se refere somente aos serviços propriamente ditos (albergues, casas-abrigo, casas-de-passagem, casas de acolhimento provisório de curta duração, etc), mas também inclui outras medidas de acolhimento que podem constituir-se em programas e benefícios (benefício eventual para os casos de vulnerabilidade temporária) que assegurem o bem-estar físico, psicológico e social das mulheres em situação de violência, assim como sua segurança pessoal e familiar (BRASIL, 2011, p.15).

Os abrigos de segurança para mulheres surgiram na década de 1970 em decorrência dos movimentos feministas. Segundo Rocha (2007), a primeira casa abrigo surgiu em Londres, em 1971, como um local de encontro que buscava auxiliar as mulheres que vivenciavam situações de violência e foi na década de 80 que ocorreu a incorporação do projeto pelo estado inglês. No caso do Brasil, a primeira Casa Abrigo foi criada em 1986 pela SOS-Mulher, destacando a importância de ser um serviço integrado a uma rede de atendimento.

Desse modo, o Programa Nacional de Combate à Violência Doméstica e Sexual normatizou esses espaços em 1998. A maioria dos serviços são sigilosos e acolhem as mulheres por um período de tempo específico, como nos sugere Filgola, responsável pelo abrigo de Campinas. Além das casas abrigos, a rede de enfrentamento conta com os Centros de Referência à Mulher (CRAMS) que começaram a ser reconhecidos no Brasil depois de 2003. Os CRAMS atuam no atendimento tanto psicológico quanto social das vítimas de violência.

Os objetivos do serviço são: fornecer auxílio na obtenção de apoio jurídico para cada caso, orientar sobre prevenção, apoio e assistência às mulheres e a articulação com outras instituições para o acesso aos programas de educação formal e não formal e os meios de inserção no mercado de trabalho.



figura 02_ manifestação por políticas públicas de combate à violência em frente à Delegacia da Mulher de Campinas. Foto: Ivone Gosse, 2021 (G1).

O abrigo tem um limite de permanência de três meses, que é o tempo que o abrigo acredita ser suficiente para tirar a mulher da situação de risco e encaminhar para um outro local. Contudo, se a mulher ainda estiver em risco, ela pode permanecer lá por um tempo maior. Em geral, as mulheres ficam muito pouco tempo (FILGOLA, 2022).

Corpos vulneráveis: a representação da violência no município de Campinas-SP

Tendo em vista o lugar que o corpo feminino ocupa na cidade e as dinâmicas de violência decorrentes da produção do espaço, a análise se direciona mais especificamente para o município de Campinas, buscando compreender de que modo ele se insere no contexto da violência sob a perspectiva de gênero. Dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que, durante a pandemia, de março de 2020 a dezembro de 2021, último mês levantado pelo estudo, ocorreram no Brasil, 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupros de vulnerável, sendo as vítimas do gênero feminino (FBSP, 2021). Campinas, situada na porção centro-leste do Estado de São Paulo, possui um elevado contingente populacional, e repete esse cenário ao apresentar um alto índice de casos de violência. Segundo dados informados pelo Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 2, de março de 2021 a fevereiro de 2022, Campinas apresentou um total de 4.009 crimes cometidos contra mulheres, o que significa aproximadamente 11 casos por dia e 133 por mês (G1, 2022).

A análise dos dados sobre violência no município foi baseada também no SISNOV (Sistema de Notificação de Violências em Campinas) que registra os casos de violência do tipo interpessoal, intrafamiliar ou urbana/comunitária (contra as mulheres, crianças, adolescentes e idosos) atendidos pela rede municipal de enfrentamento e prevenção às violências. De acordo com o Boletim de 2021, a distribuição por área dos distritos mostra as **regiões sudoeste e sul** com predomínio de vítimas em 2019/2020. No primeiro semestre de 2021, as **regiões noroeste e sul** ocuparam o primeiro lugar.

Considerando que os corpos femininos negros estão mais expostos à situações de violência urbana e vulnerabilidade social, torna-se fundamental investigar como a população negra se distribui pelo município. De acordo com os dados do censo 2010, as áreas de maior concentração da população negra foram as Unidades Territoriais Básicas 45, 47 e 48. Segundo o Plano Diretor do município, as UTBs são porções mínimas de divisão municipal que guardam certa homogeneidade quanto aos padrões de ocupação do solo. A UTB 45 corresponde ao Parque Valença, a UTB 47 engloba a região do Novo Campos Elíseos e Santa Lúcia e, por fim, faz parte da UTB 48 as regiões Mauro Marcondes, Ouro Verde e Vista Alegre.

Além de concentrarem a maioria da população negra do município, a grande maioria é mulheres (IBGE, 2011). Os bairros estão distantes do centro, ou seja, se localizam na região **noroeste/ sudoeste** e apresentam as piores condições de moradia e menores rendimentos mensais por salário mínimo (IFANGER, MINEIRO, MASTRODI, 2021). No que tange à violência e à vulnerabilidade social, são bairros que apresentam índices expressivos de casos de homicídios. Isso fica evidente ao analisar os casos reportados durante o ano de 2019. O 9º Distrito Policial, que abriga a UTB 48, reportou 37 casos, enquanto o 1º Distrito Policial do centro, reportou apenas 2 homicídios dolosos (IFANGER, MINEIRO, MASTRODI, 2021). Logo, a população feminina negra em Campinas se concentra em áreas de maior segregação espacial e estão mais expostas às situações de violência, o que nos leva a constatar a importância da questão racial em nossas proposições.

Distrito de Residência da Vítima	2019	2020	2021*
Norte	193	140	89
Sul	346	311	137
Leste	186	141	67
Sudoeste	350	241	109
Noroeste	240	259	143
Ignorado	1	1	1
Total	1316	1093	546

tabela 01 distribuição das notificações de violência no sexo feminino em residentes de Campinas, por distrito de residência e ano de notificação.
Fonte: SISNOV, 2021.

Desse modo, um ponto importante de análise foi a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência na cidade, por meio do levantamento dos órgãos de amparo à mulher, buscando compreender as articulações entre os serviços e as formas de encaminhamento. A Coordenadoria Setorial de Políticas para as Mulheres é a responsável por coordenar e criar políticas e diretrizes voltadas às mulheres, articulando todas as esferas de governo e sociedade civil do município.

A Rede da Mulher engloba duas Delegacias da Mulher (DDM), o Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti (CAISM), a Casa Abrigo da Mulher Sara M, o Centro de Referência e Apoio à Mulher (CEAMO) e os Centros de Assistência Social (CREAS). Além desses equipamentos, ainda existe a Vara da Violência Doméstica e Familiar, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e a Guarda Municipal de Campinas que conta com o projeto “Guarda amigo da mulher” desde 2016, o qual monitora o cumprimento das medidas protetivas concedidas.

Além disso, o sistema de saúde também é responsável por receber um número elevado de mulheres vítimas de violência, principalmente doméstica. Os objetivos do serviço são: fornecer auxílio na obtenção de apoio jurídico para cada caso, orientar sobre prevenção, apoio e assistência às mulheres e a articulação com outras instituições para o acesso aos programas de educação formal e não formal e os meios de inserção no mercado de trabalho.

A primeira Delegacia da Mulher de Campinas foi criada em 1988 e a segunda foi inaugurada em 2016, subordinada à Delegacia Geral de Polícia Civil de São Paulo. O Centro de Referência e Apoio à Mulher (CEAMO), por sua vez, é um serviço público inaugurado em Campinas, em 2002, e faz parte da Secretaria de Assistência Social, funcionando como parte do Departamento de Direitos Humanos. O centro tem como objetivo o acolhimento e atendimento psicológico, social e jurídico à mulher em situação de violência de gênero no âmbito doméstico por meio de atendimentos individuais, familiares ou em grupo.

O CEAMO faz parte da Secretaria de Assistência Social e funciona dentro do Departamento de Direitos Humanos. Portanto, nós trabalhamos na política de direitos humanos e não na política de assistência social. (FILGOLA, 2022).

A Casa Abrigo da Mulher de Campinas foi criada como um equipamento da rede socioassistencial pública que acolhe temporariamente mulheres vítimas de violência doméstica e com risco iminente de morte. Ela foi implantada em 1997 e denominada de Serviço de Atenção e Resgate à Mulher – SARA M com base na Lei Municipal nº 6883 de 23 de dezembro de 1991. Assim como o CEAMO, o abrigo de segurança está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Os Centro de Referência de Assistência Social são unidades públicas estatais que integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Eles são responsáveis pelo acolhimento, apoio e orientação a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social e se distribuem por região: CREA Leste, CREA Noroeste, CREA Sul, CREA Sudoeste e CREA Norte.

Por fim, o Hospital da Mulher ou Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher foi criado, em 1986, como uma unidade hospitalar pertencente à Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e tem como objetivo conceder assistência especializada no campo da saúde da mulher e do recém-nascido, atuando como centro de referência do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, as informações obtidas a partir da visita realizada no CEAMO, apontam que os encaminhamentos para o abrigo de segurança Sara M são feitos pela Delegacia da Mulher:

As mulheres chegam aqui ou por encaminhamentos da rede ou por boletins de ocorrência que a DDM (Delegacia da Mulher) nos encaminha, porque houve um acordo com o Ministério Público, onde a DDM é responsável por nos encaminhar os BOS graves e reincidentes. De acordo com a norma técnica, nós não podemos realizar busca ativa, mas por esse acordo com o Ministério Público, a gente faz uma ligação a partir do BO e oferta o atendimento, porém infelizmente a maioria das mulheres não aceita a ajuda. Recebemos também mulheres por procura espontânea; mulheres que ficaram sabendo do centro por meio da internet ou por amigos. O trabalho aqui é realizado de modo coordenado com o resto da rede. É feita uma avaliação de risco no acolhimento. Para os casos de risco de morte, o município possui abrigo de segurança. O encaminhamento para o abrigo é feito pela Delegacia da Mulher (DDM) porque o endereço é sigiloso e a mulher sai da delegacia já com a viatura (FILGOLA, 2022).



figura 03_ espaço de encontro do Centro de Referência e Apoio à Mulher de Campinas. Foto do acervo autora, 2022.

Tendo em vista o modo como funciona o sistema de assistência às vítimas, foi elaborado um mapa de distribuição desses principais órgãos pelo território, de modo a compreender quais regiões eram mais contempladas. Foi possível perceber uma concentração desses equipamentos na região central, enquanto que em locais periféricos os equipamentos são mais escassos. Desse modo, a escolha por uma região de intervenção poderia se dar de duas maneiras distintas: o olhar poderia ser direcionado às regiões que não contavam com muitos órgãos de apoio, ou direcionado à área central que oferecia uma rede já consolidada de atendimento e poderia oferecer um maior suporte ao abrigo.

Nesse sentido, a leitura foi direcionada à parte central de Campinas por entender também que a ocupação do centro evidencia a necessidade dos corpos femininos, principalmente negros, ocuparem outras porções do espaço e não ficarem restritos às áreas periféricas. Esse olhar para o território derivou do levantamento de mapas elaborados a partir do Plano Diretor do Município de Campinas de 2018, da Fundação Seade, do SEPLAMA (Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente) e da SEPLAN (Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano).

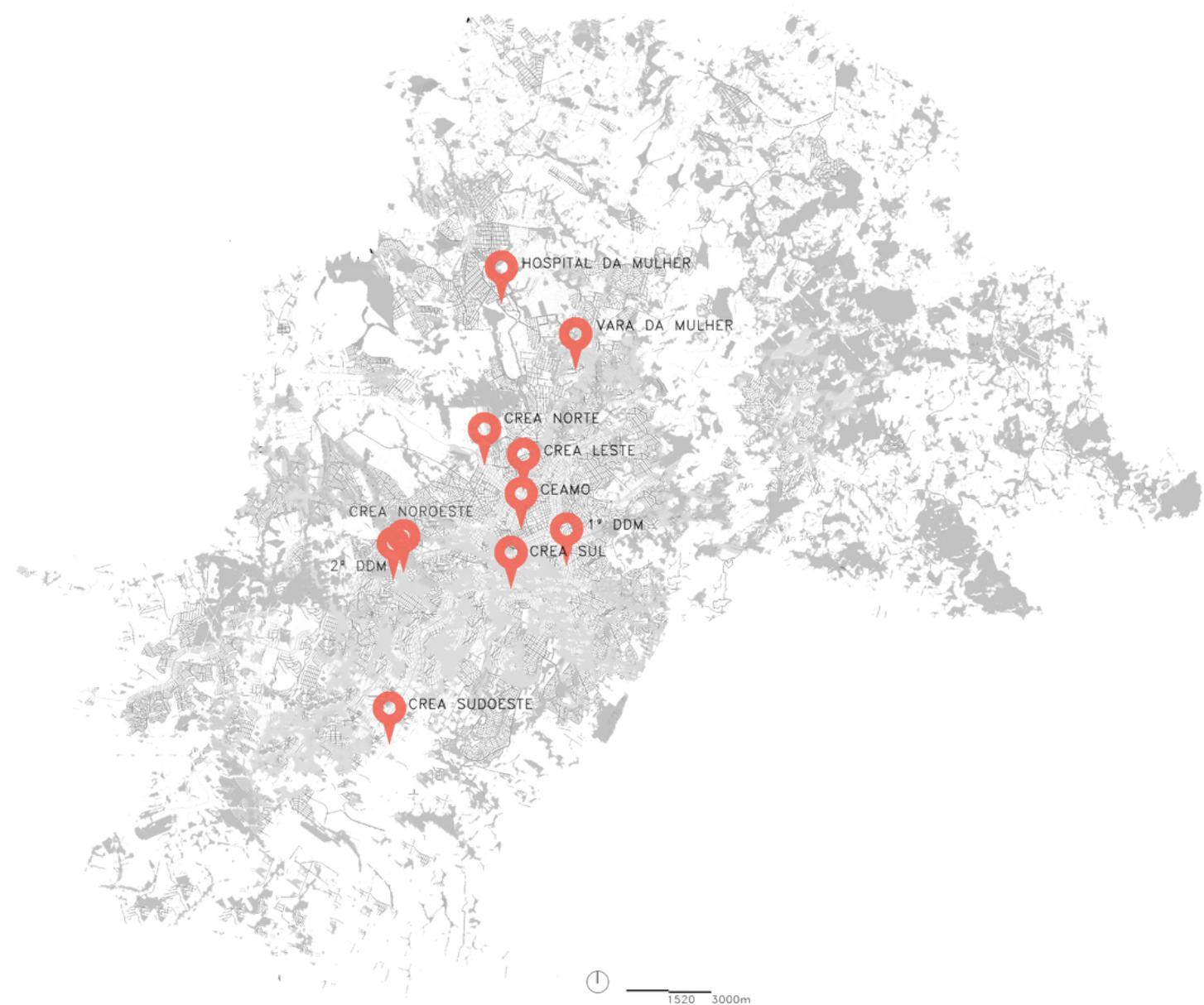


figura 04 principais órgãos de apoio à mulher em Campinas-SP. Fonte: da autora, 2022. Informações extraídas do Google Maps.

03

LEITURA URBANA

Contrações do espaço

A cidade objeto de estudo é Campinas, localizada no interior do estado de São Paulo. O município teve sua formação colonial ligada à primeira metade do século XVIII, surgindo, primeiramente, como um bairro rural da Vila de Jundiaí, localizada nas margens de uma trilha aberta por paulistas do Planalto de Piratininga entre 1721 e 1730 (CAMPINAS, 2013). O desenvolvimento do bairro foi impulsionado pela chegada de fazendeiros que buscavam novas terras para a instalação de lavouras de cana de açúcar, transformando-se em cidade em 1842. A partir de 1842, a cidade vivenciou um novo desenvolvimento atrelado à ascensão das fazendas de café. Campinas passou a receber um grande contingente de trabalhadores empregados nas plantações e em outras atividades produtivas.

A partir de 1872, o crescimento urbano ocorreu em direção às ferrovias das companhias Paulista (FEPASA), com a instalação de indústrias manufatureiras e vilas operárias. Nesse momento, a expansão urbana se direcionou para o bairro do Cambuí que passou a concentrar a população de alta renda. A partir de 1920, a comercialização de café deixou de ser a atividade principal, dando início ao processo de modernização na cidade que passou a possuir um caráter mais industrial, sendo implementadas algumas políticas e ações do *Plano Prestes Maia* de 1938 (CAMPINAS, 2013). A urbanização se concentrou na área central já consolidada, próxima à região de Viracopos e em outros dois bairros: Vila São Bernardo e Parque Industrial. Esses eram bairros que possuíam uma infraestrutura precária e lotes mais acessíveis.

Entre 1930 e 1940, Campinas recebeu um novo parque produtivo composto por fábricas e outros serviços que resultaram na atração de pessoas; na multiplicação do número de bairros e na implantação das rodovias Anhanguera (1948), Bandeirantes (1979) e Santos Dumont (1980). Em 1940, por exemplo, tem-se a criação do primeiro distrito industrial de Campinas, próximo à ferrovia Paulista. Algumas indústrias se instalaram também ao longo do eixo ferroviário da Mogiana. Outro ponto importante é o surgimento de loteamentos como as Vilas Guilherme, Santa Angela e Segalho na região sudoeste e a Vila Ferreira Jorge na região noroeste (SILVA, 2008).

A partir desse momento, há o surgimento de novos bairros como o Taquaral que teve sua efetiva ocupação depois de 1972 com a implantação da Lagoa do Taquaral. Ao sul, também houve um processo de expansão em direção à Rodovia Anhanguera e Viracopos, com loteamentos dispersos. Ao leste, a ocupação se deu nos vazios deixados pelos parcelamentos dos anos 1940 e, ao noroeste, a ocupação ocorreu entre as fazendas Chapadão e Santa Elisa. Mais tarde, nas décadas de 60 e 70, Campinas atraiu um elevado contingente populacional em decorrência dos movimentos migratórios em direção ao sudeste do país.

A partir de 1974, os loteamentos e condomínios horizontais fechados passam a se destacar e a partir de 1990, tem-se a formação de um novo vetor de expansão de urbanização na direção Sul (Indaiatuba, Salto, Itu e região de Sorocaba), em decorrência da Rodovia Santos Dumont.

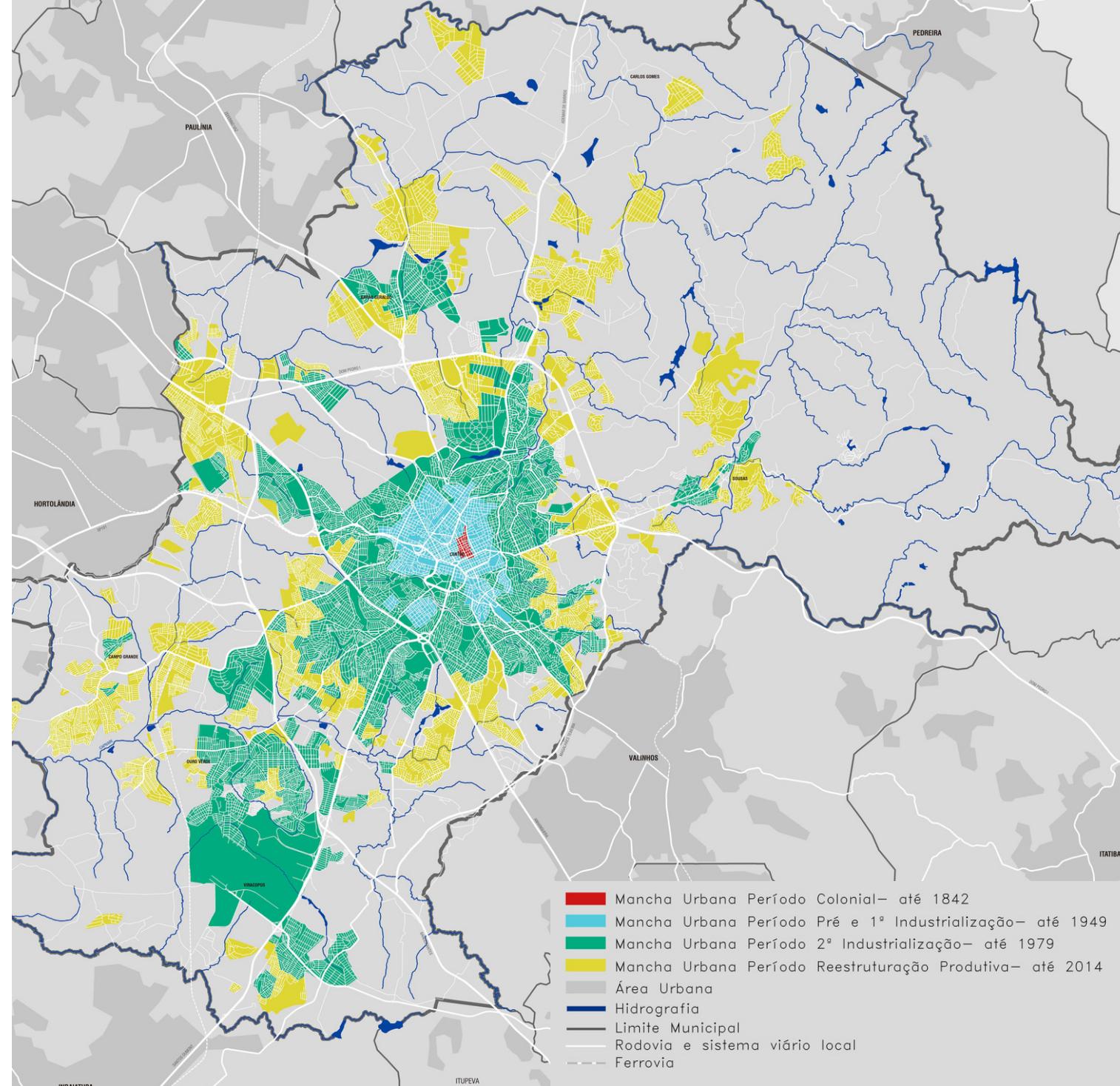


figura 05_ evolução da mancha urbana por períodos.

Fonte: FUPAM, 2015.

Tendo como base esse histórico da evolução urbana de Campinas, o olhar se direciona agora para a configuração urbana atual. O Plano Diretor vigente, aprovado pela Lei Municipal nº 15/2006, divide o território em 9 macrozonas, abrangendo áreas rurais e urbanas. Tais macrozonas dão base para a formulação e implementação de orientações estratégicas para o planejamento das políticas públicas, programas e projetos. Tendo em vista a concentração da maioria dos órgãos de amparo à mulher na porção central do município, o desejo de intervenção numa área que contasse com uma rede de enfrentamento já consolidada demandou uma leitura urbana baseada no levantamento de dados e informações da macrozona 4 para se compreender as contradições existentes. A macrozona 4 compreende o centro histórico de Campinas e o centro expandido, onde estão os bairros de maior ocupação e verticalização.

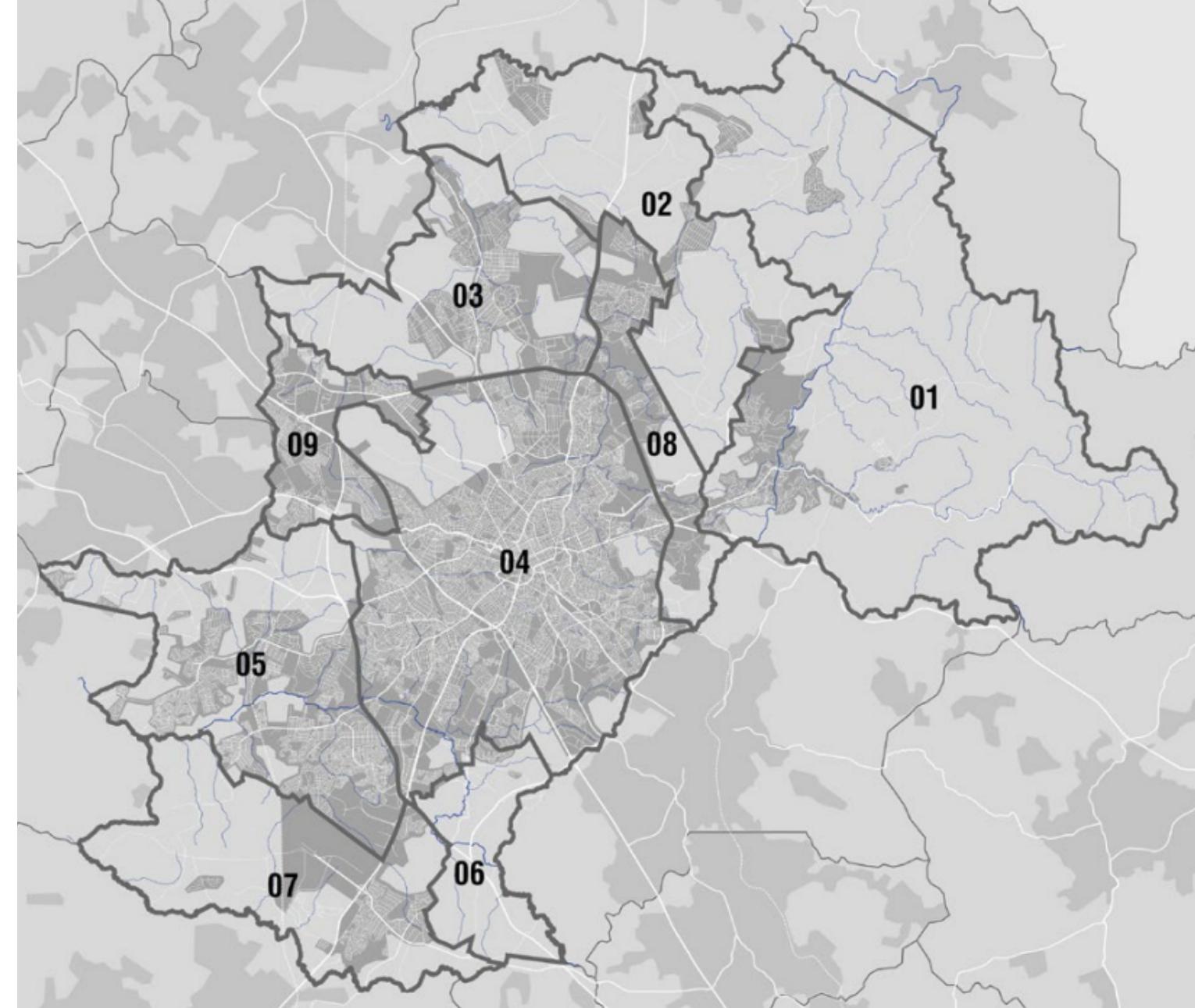


figura 06_ macrozona 1 a 9. Fonte: FUPAM, 2015.

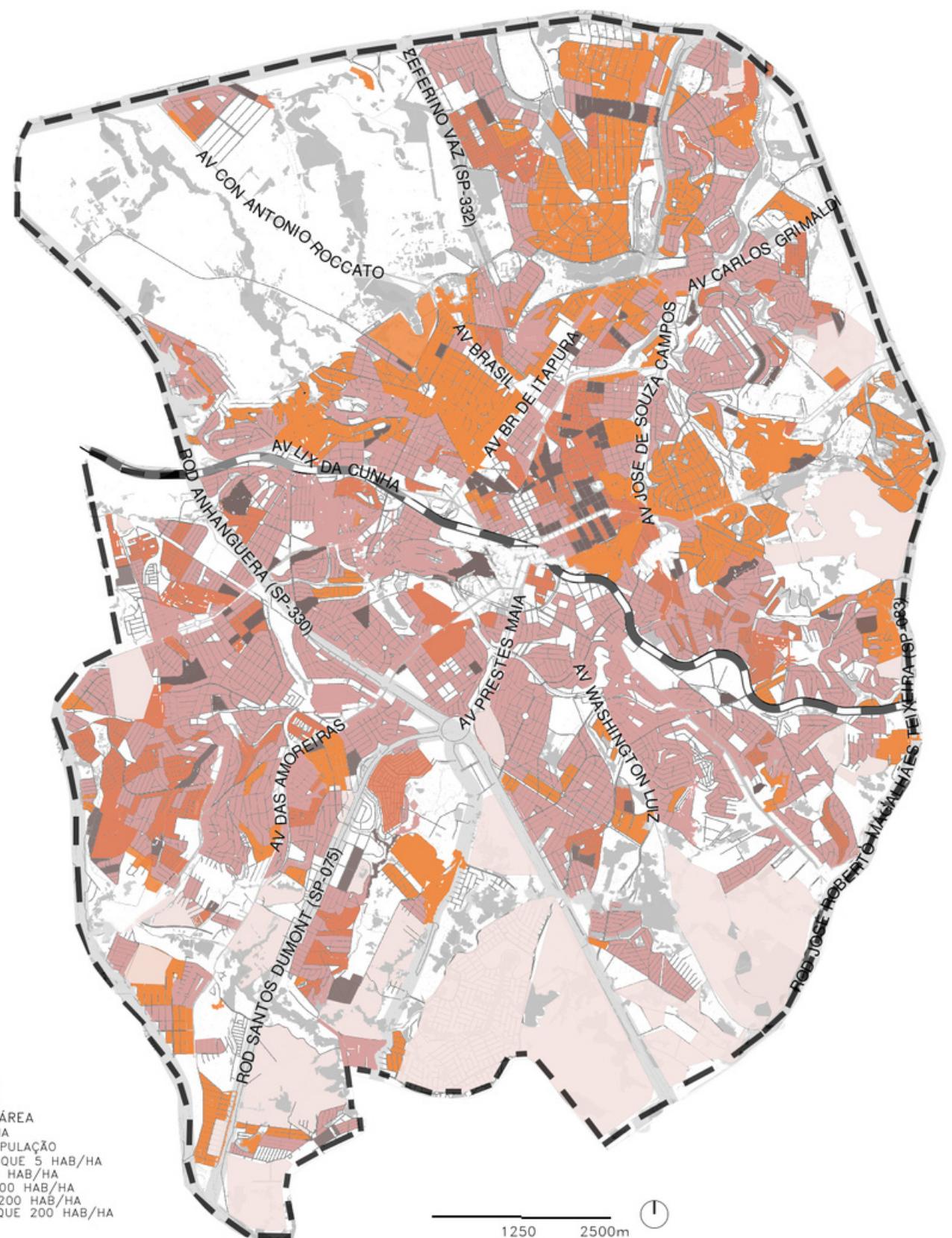


figura 07_ densidade demográfica. Fonte: da autora, 2022. Informações extraídas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2015.

Desse modo, a leitura do território partiu da identificação dos locais com maiores concentrações populacionais. O mapa foi baseado na atualização e regulação da legislação urbanística de Campinas realizada, em 2015, pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. As áreas foram classificadas em: menor que 5 hab/ha, de 5 a 50 hab/ha, de 50 a 100 ha/ha, de 100 a 200 hab/ha e acima de 200 hab/ha. A análise do mapa indica que o maior adensamento populacional (acima de 200 hab/ha) se encontra nas regiões centrais de maior consolidação urbana. Esse índice também se repete em áreas mais dispersas do centro que contam com conjuntos habitacionais ou áreas de ocupação irregular.

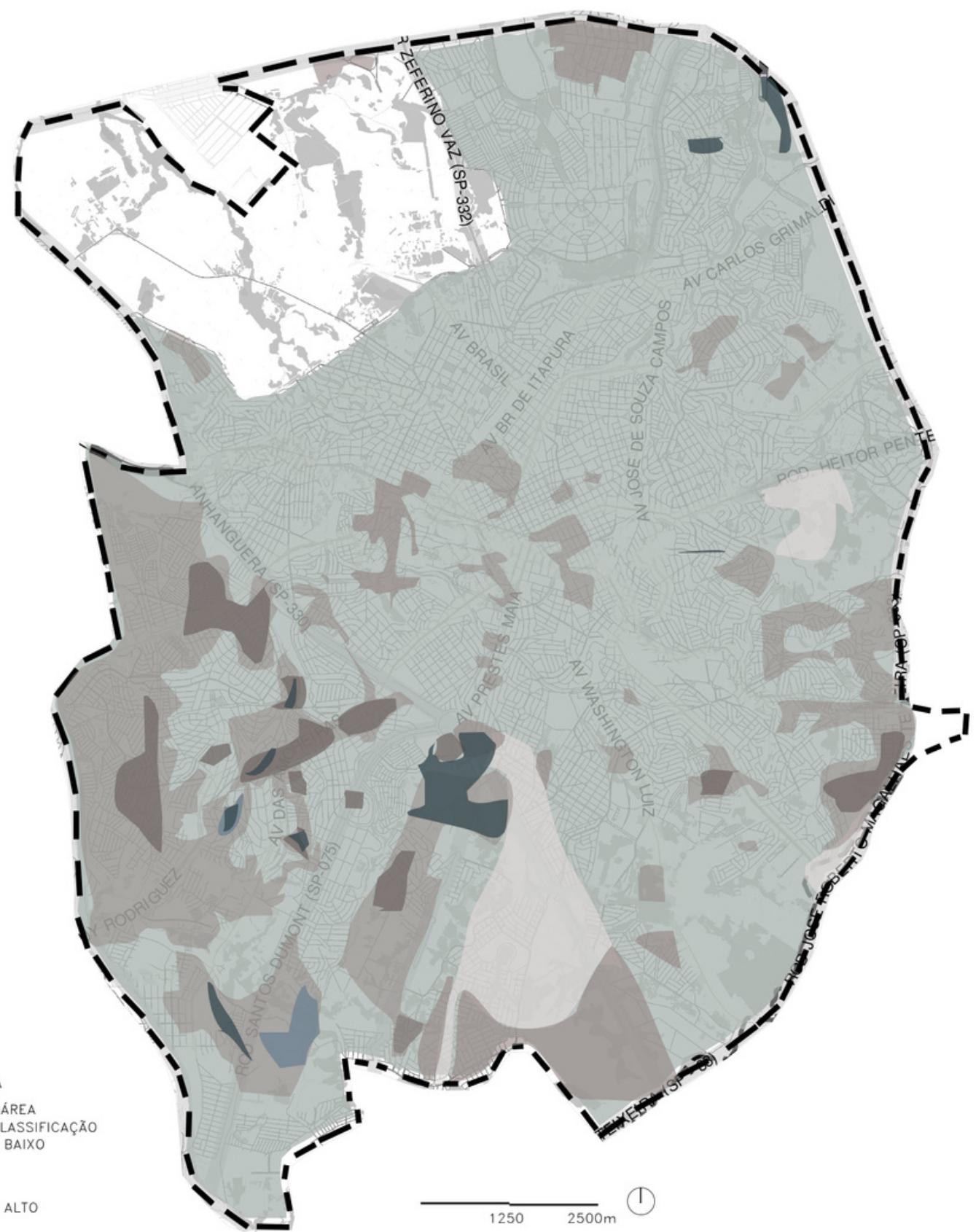


figura 08_ índice de vulnerabilidade social (IVS).
Fonte: da autora, 2022. Informações extraídas do IBGE, 2011.

Buscou-se compreender, também, quais áreas abrigavam as populações mais vulneráveis. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) utilizado como base para a elaboração do mapa se baseia nos indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil. Os indicadores apontam para diferentes situações de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, indo além do indicativo de renda. Foram considerados também para o cálculo do índice aspectos como infraestrutura urbana, capital humano e trabalho. Desse modo, o mapa aponta para altos índices de vulnerabilidade social na porção sul. Tal configuração decorreu dos processos espaciais e das lógicas de urbanização do município, a partir de 1920. As maiores concentrações de população de baixa renda se encontram nas regiões do Ribeirão Anhumas, Jd. Flamboyant, Vila Brandina, Jd. São Fernando, Vila Georgina e, especialmente, aquelas localizadas na região entre as Rodovias Anhanguera e Santos Dumont.

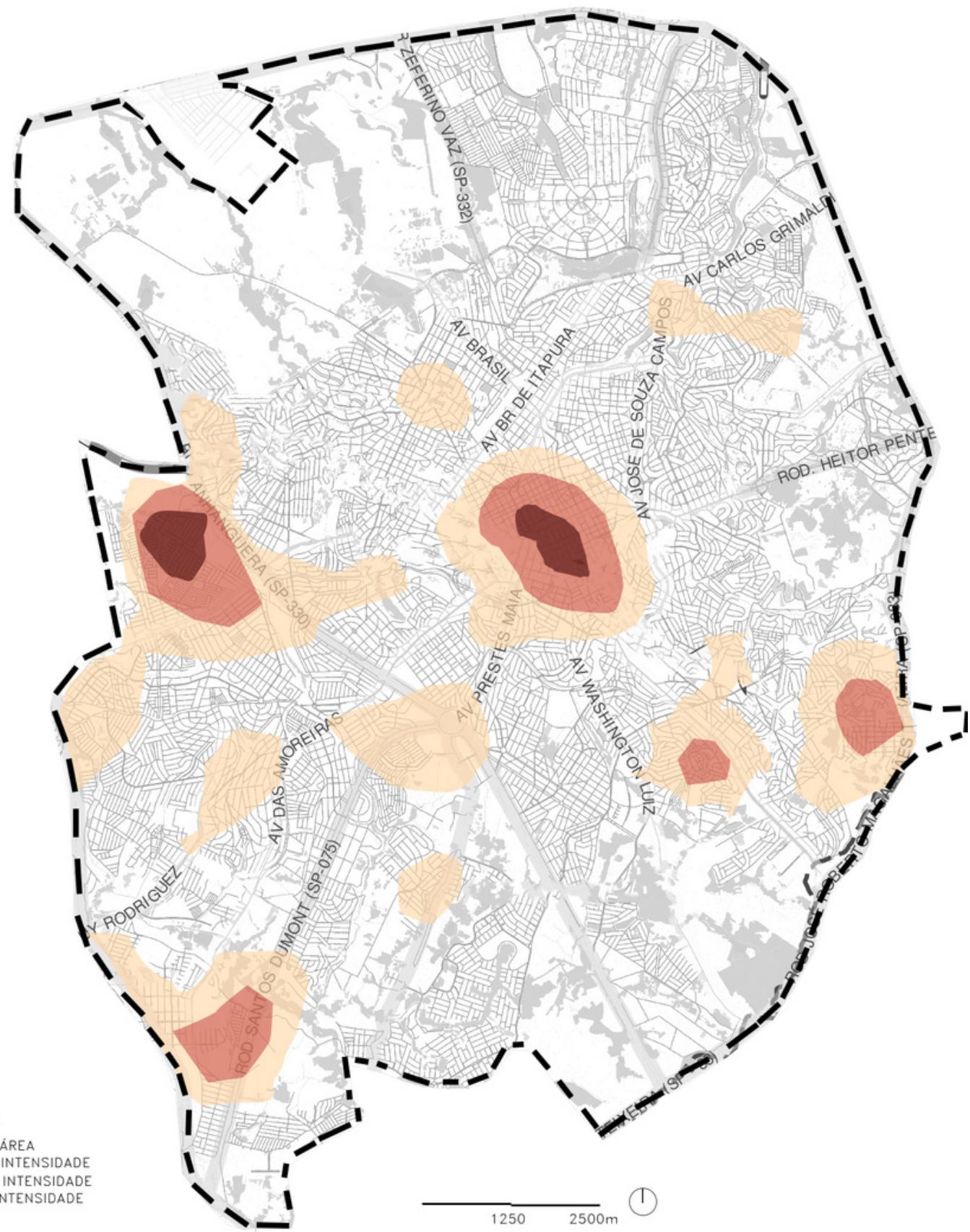


figura 09 áreas de concentração de homicídios dolosos. Fonte: da autora, 2022. Informações extraídas da Fundação FEAC, 2019.

Outro aspecto importante analisado foi o fenômeno da violência e a sua recorrência no território. Direcionando o olhar para os casos de homicídios dolosos, eles ocorrem com maior frequência em áreas específicas do municípios, ou seja, com exceção do centro, as demais áreas de concentração de violências se localizam em regiões de vulnerabilidade social tais como a porção sul e a noroeste. Na porção sul da macrozona, o principal *hotspot* de violência é o Jardim Itayu que abrange áreas como a Vila Ipê, Jardim dos Oliveiras e Vila Georgina.

Em relação ao município de Campinas, ampliando um pouco a análise para além da macrozona 4, a região noroeste também é uma das áreas de maior vulnerabilidade como Recreio Leblon, Pq. Valença, Pq. Floresta, Itajaí, Jd. Santa Clara, Satélite Íris, entre outras (macrozona 5). Esses bairros conjugam empreendimentos de moradia popular, como é o caso do Jardim Bassoli, primeiro empreendimento em Campinas do programa do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida. É importante destacar que essas populações antes ocupavam áreas de situação irregular e foram realocadas pela COHAB nas porções distantes do centro, onde não dispõem de uma boa infraestrutura urbana e de acesso a equipamentos públicos.

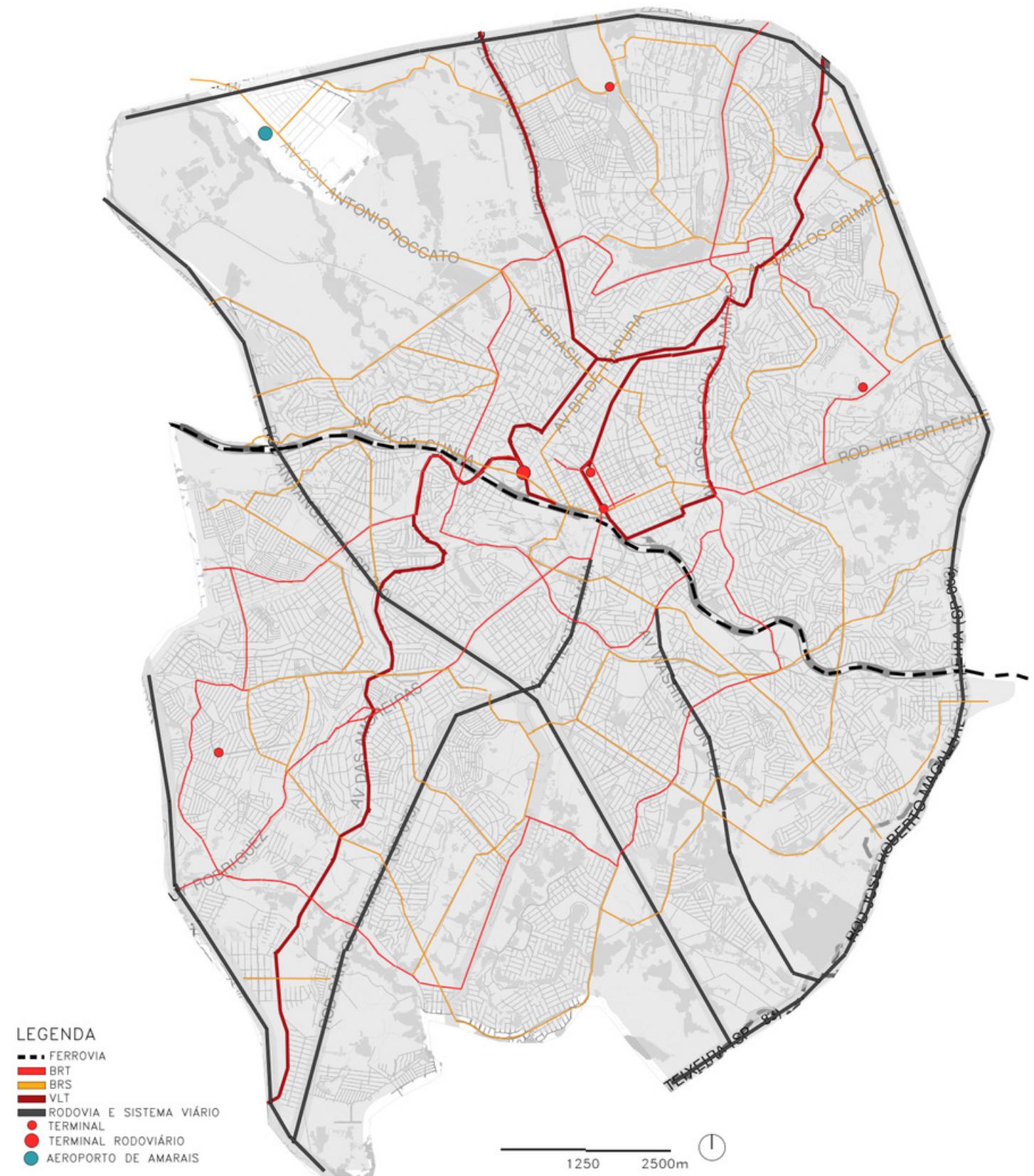


figura 10_ mobilidade. Fonte: da autora, 2022. Informações extraídas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2015.

A questão do acesso ao abrigo foi um importante aspecto considerado durante a análise dos dados do município. Para isso, o levantamento da rede de mobilidade dessa região foi essencial para a compreensão dos fluxos e das linhas de transporte público. Dentre os eixos viários estruturais da macrozona 4, destaca-se a Rodovia Anhanguera por ser uma extensa via de ligação de São Paulo com o interior, a Rodovia Santos Dumont também se configura como eixo estruturador por ser a principal via de acesso ao Aeroporto de Viracopos. Ao passo que na porção norte de Campinas, se destaca a Rodovia Dom Pedro I.

Pode-se perceber que o território é intimidante ligado por rodovias, caracterizando uma mobilidade baseada majoritariamente nos veículos automotores. Isso resultou numa ocupação do solo descontínua, prejudicando a implantação de outras infraestruturas. Apesar disso, a macrozona 4, apresenta um sistema de mobilidade consolidado com boa articulação do transporte público e é a mais bem dotada de equipamentos públicos do município.

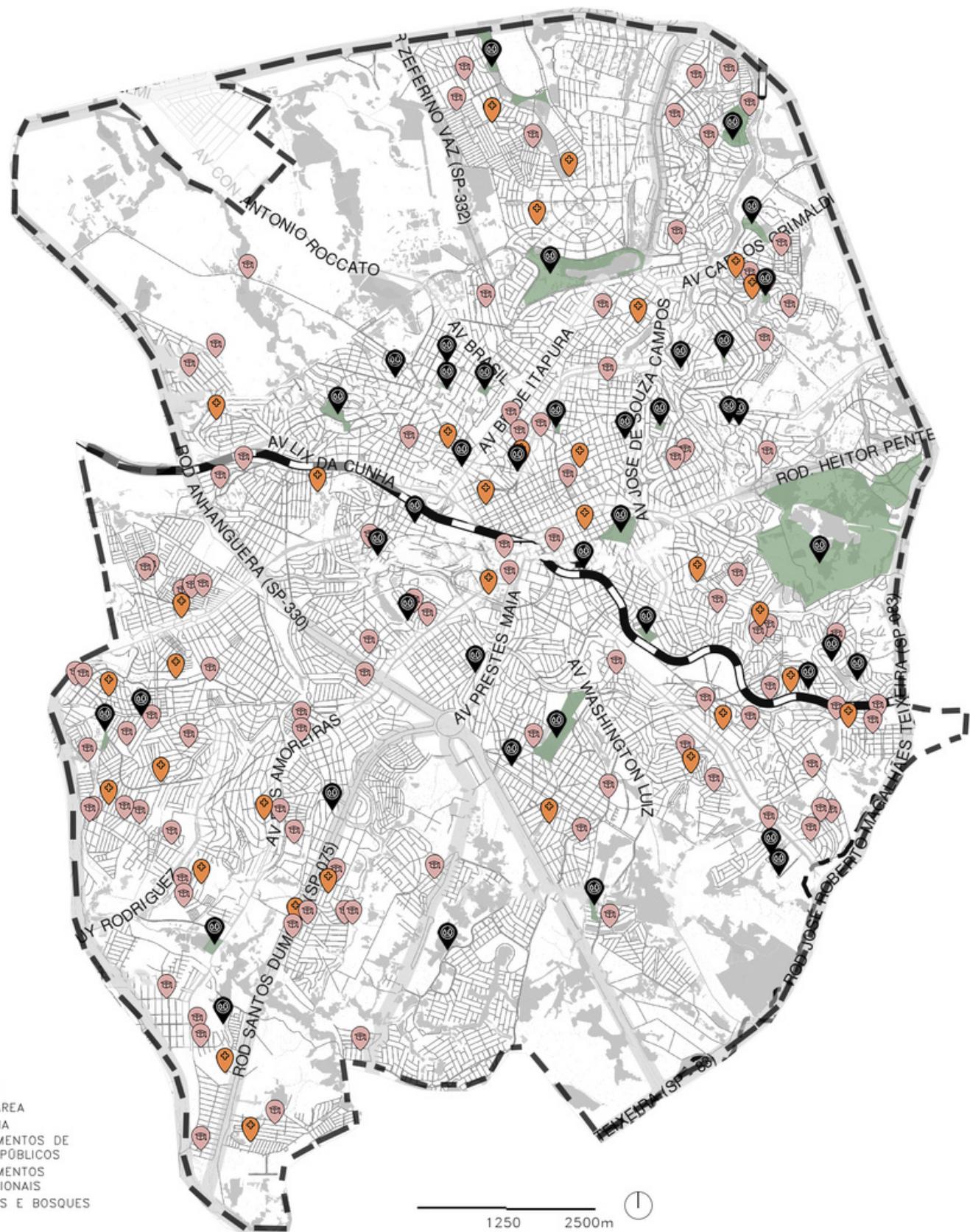


figura 11_ equipamentos. Fonte: da autora, 2022. Informações extraídas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2015.

Foram levantados, por meio do Google Maps, os equipamentos públicos de saúde, educação e os parques e/ou bosques do município. O objetivo era escolher uma região que estivesse próxima a escolas, hospitais e áreas verdes. O mapeamento, baseado nas informações retiradas da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano de Campinas (2015), aponta de fato para uma elevada concentração e boa distribuição dos equipamentos públicos pelo território com algumas ressalvas.

No caso dos equipamentos de assistência social, é possível verificar uma menor presença na porção norte da macrozona e uma maior concentração na porção central. Já os equipamentos de educação pública estão distribuídos de modo mais igualitário pelo território. Os equipamentos de saúde, por sua vez, especificamente os hospitais, concentram seus serviços, também, no centro de Campinas.

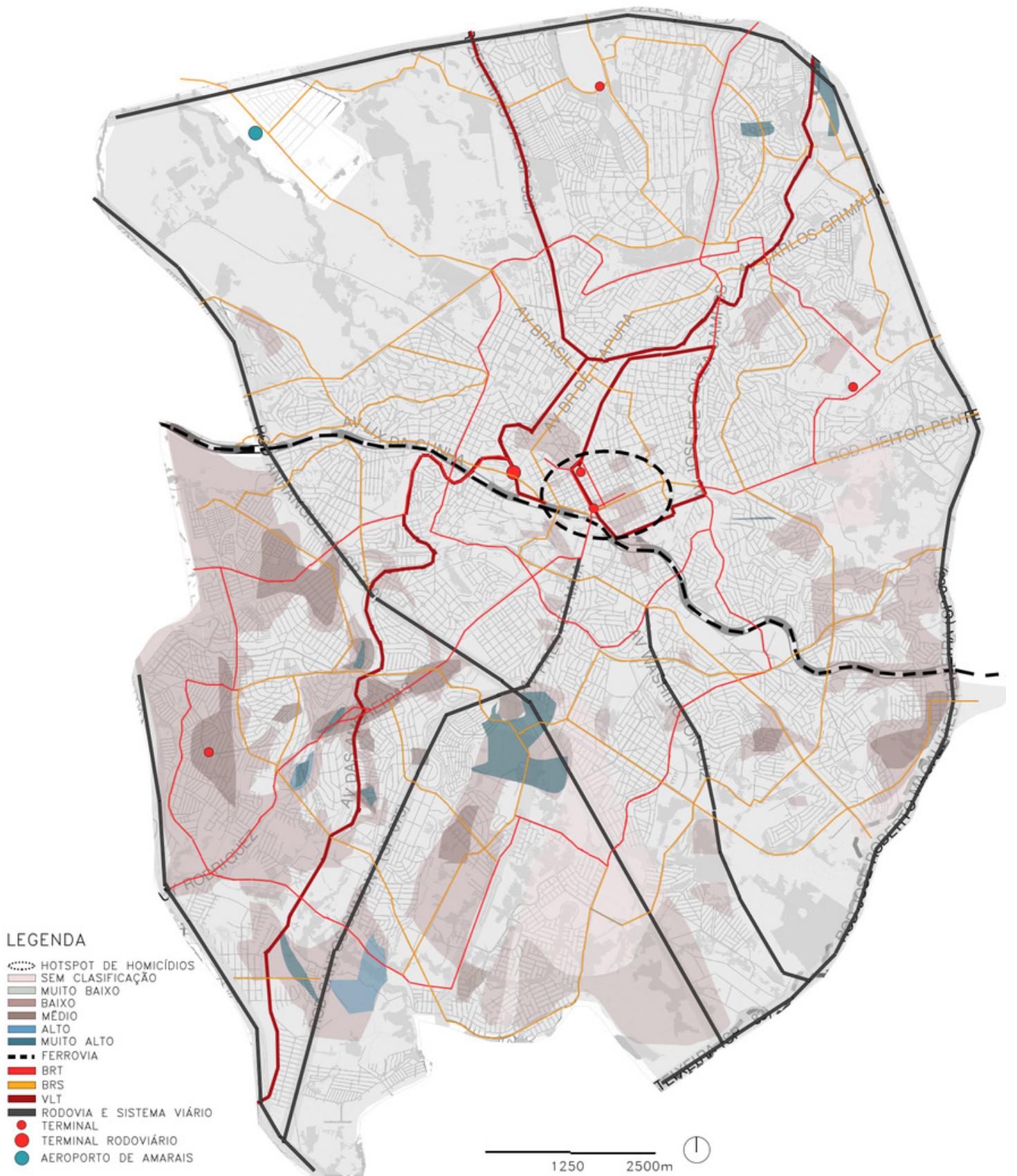


figura 12_ mapa síntese. Fonte: da autora, 2022



figura 13_ centro e vila industrial
Fonte: google earth

Todos esses dados levantados foram reunidos em um mapa síntese de potencialidades e fragilidades da macrozona em questão. Foram elencadas como potencialidades a elevada concentração de equipamentos públicos de saúde e de educação bem distribuídos pelo território; a boa articulação da malha urbana; a elevada concentração populacional e a concentração da maioria dos órgãos da rede de atendimento às mulheres. Ao passo que as fragilidades perpassam a questão do aumento das áreas impermeabilizadas; a existência de barreiras físicas como a Rodovia D. Pedro I e a Rodovia Anhanguera e a descontinuidade da estrutura viária.

Nessa perspectiva, para a escolha do terreno, buscou-se um recorte de análise mais aprofundado. O recorte escolhido foi o centro histórico da cidade, com destaque para a Vila Industrial. A escolha foi pautada na boa articulação das linhas de transporte público/ terminais de modo a garantir o acesso; na proximidade aos órgãos de apoio como o CEAMO e na proximidade, também, a equipamentos como hospitais e escolas.

Perímetro de intervenção

Compreender o processo de ocupação da porção central, especificamente da região da Vila Industrial, foi essencial para a definição do terreno. Historicamente, as linhas de ferro começaram a surgir em Campinas a partir de 1868, por meio da criação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e, posteriormente, pela criação da Companhia Mogiana, em 1875, decorrente dos investimentos ligados à economia cafeeira. As linhas de ferro das Companhias segregavam a porção norte do centro, a qual abrigava a população de alta renda, da porção ao sul que estava reservada aos curtumes, hospitais e fábricas e que abrigava a população de baixa renda como os operários. As ocupações dos bairros da Vila Industrial, porção ao sul da ferrovia, começaram a se solidificar em torno de 1900 limitadas de um lado pelo pátio ferroviário e de outro pela existência do Córrego do Piçarrão (CORRÊA, GONÇALVES JUNIOR, 2019).

Desse modo, havia a dificuldade de acesso entre a Vila Industrial e o centro, separados pela via férrea. Isso foi somente modificado, em 1918, com a construção de um túnel que facilitou a ligação do bairro operário com o centro comercial da cidade (VELASCO, 2005). Desse modo, o bairro sempre foi uma região não atrativa para investimentos e especulações, mantendo durante muito tempo suas construções. Contudo, a partir de 1980, o bairro passa por um processo de verticalização com alterações no seu padrão arquitetônico. Isso ocorreu devido às obras de canalização do córrego do Piçarrão e da construção do Complexo Joá Penteado que instalaram novas lógicas imobiliárias (SANTOS, 2013). Houve a reestruturação dos usos e das funções no bairro, bem como a instalação de normas de preservação, reconhecendo o caráter da Vila Industrial enquanto área de interesse histórico e cultural.

Como forma de reconhecimento desse patrimônio cultural do município, o complexo ferroviário teve seu tombamento reconhecido em 1990. Atualmente, existem diferentes níveis de preservação dos edifícios que compõem o complexo. A Estação da Companhia Paulista, por exemplo, em 2003, passou a sediar a Secretaria de Cultura da cidade, sendo denominada de Estação Cultura, propiciando aos campineiros atividades como oficinas, exposições, shows, entre outros.

Os prédios mais preservados do complexo passaram a abrigar novos usos voltados ao âmbito cultural. Contudo, há outras áreas do pátio ferroviário que carecem de manutenção e convivem com a questão do abandono. Atualmente, a Vila Industrial passa por um processo de verticalização das habitações e pelo tombamento e não conservação por parte dos proprietários das antigas casas operárias. Existe, de um lado, áreas muito bem preservadas e, de outro, áreas abandonadas (SANTOS, 2013).

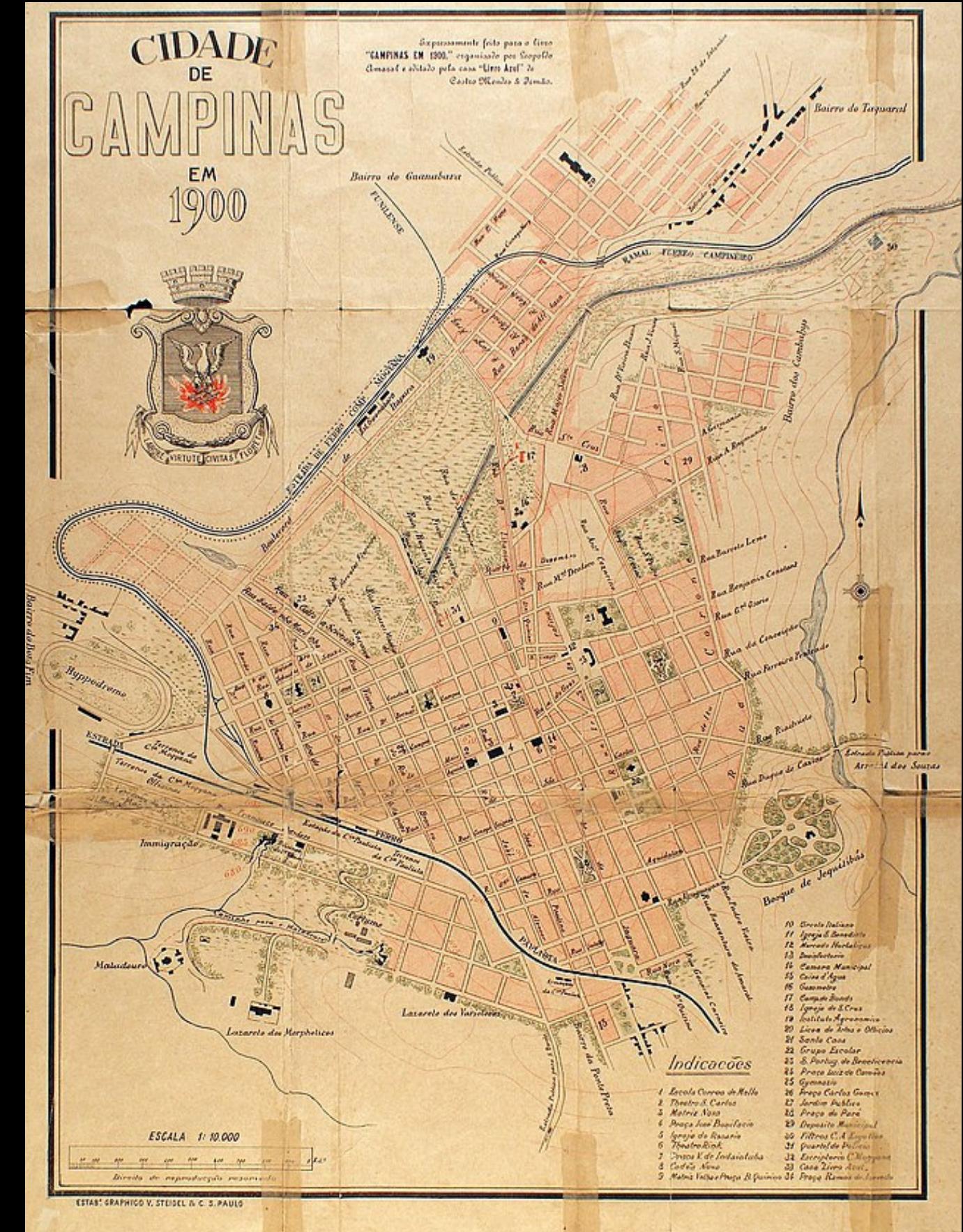
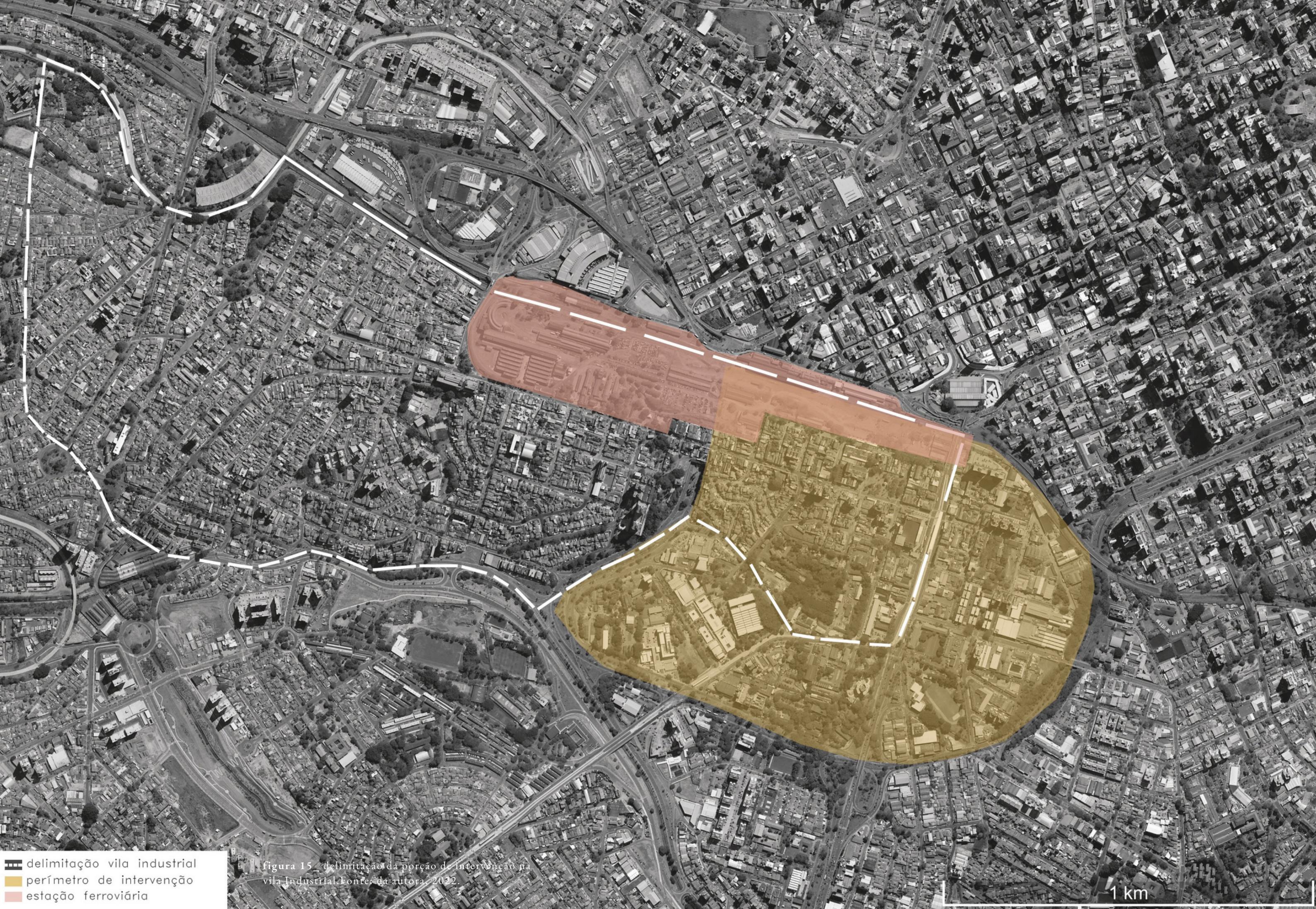


figura 14 – planta histórica da cidade de Campinas (1900). Fonte: campinas.sp.gov.br



■ delimitação vila industrial
■ perímetro de intervenção
■ estação ferroviária

figura 15 _ delimitação da porção de intervenção na
vila Industrial. Fonte: da autora, 2022.

1 km

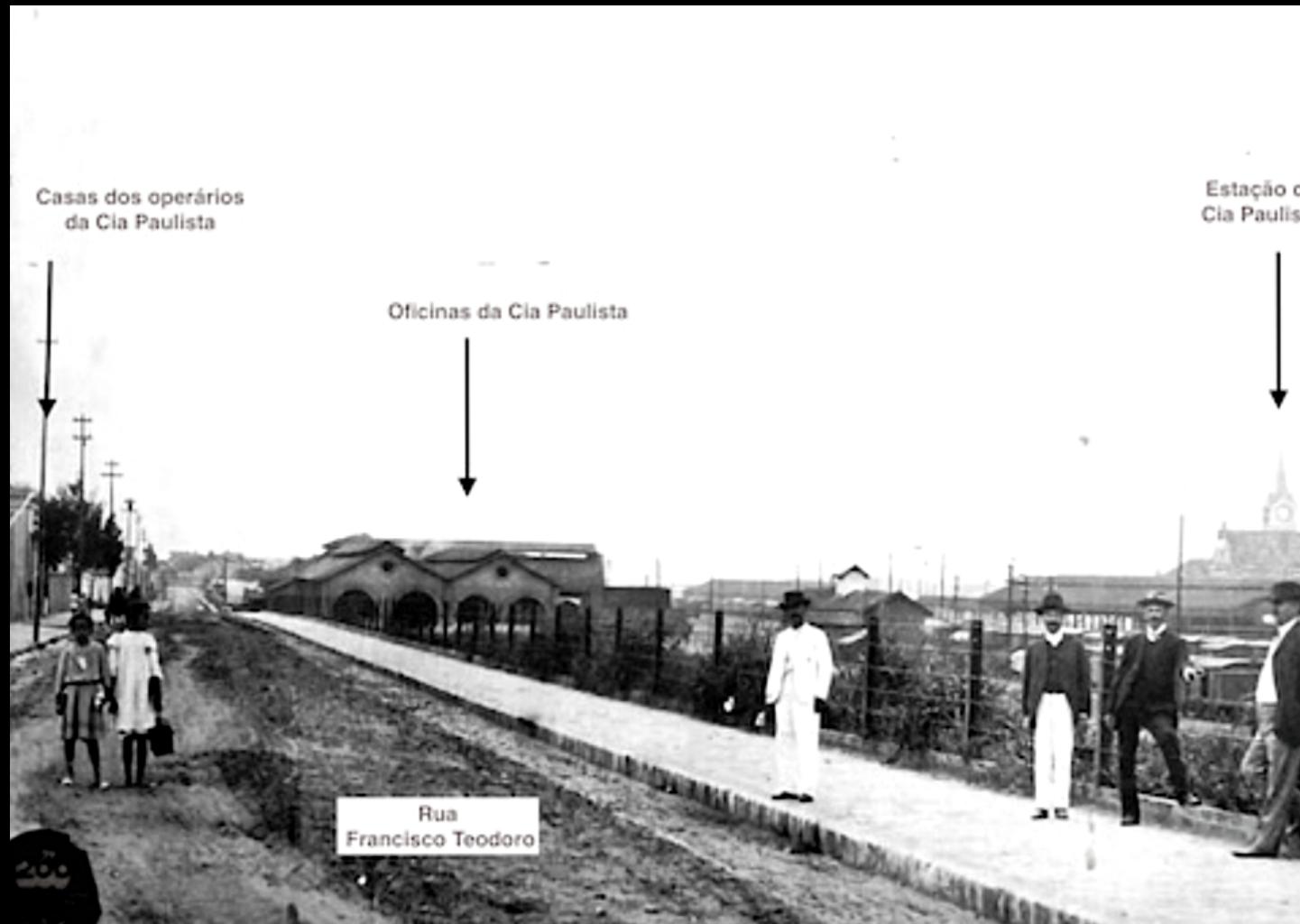


figura 16 _ rua Francisco Teodoro na década de 1930.
Fonte: Museu da Imagem e Som de Campinas.
Inserção de dados: Ana Villanueva.



figura 17 _ rua Francisco Teodoro atualmente.
Acervo da autora, 2022.



figura 18 _ rua Sales de Oliveira na década de 1970.
Fonte: Museu da Imagem e Som de Campinas.
Inserção de dados: Ana Villanueva.



figura 19 _ rua Sales de Oliveira atualmente. Acervo
da autora, 2022.

figura 20_ mapa de usos e ocupação do solo. Fonte: da autora, 2022. Informações extraídas da SEPLAN, Prefeitura de Campinas- Uso Real do Solo, 2015 e Google Street View, 2018.

De modo a compreender e caracterizar a Vila Industrial, foi selecionado um recorte e levantado os mapas de uso e ocupação, cheios e vazios, gabarito e o mapa de principais instituições. Apesar de ser um local que historicamente abrigava indústrias e vilas operárias, o seu uso, atualmente, é diversificado, mantendo um predomínio de residências na porção esquerda próxima ao pátio ferroviário e uma concentração de instituições na porção ao sul.

Os lotes predominantemente residenciais se localizam próximos à avenida João Jorge. Muitos dos textos tomados como referência somado ao depoimento da psicóloga do CEAMO apontavam para a necessidade de escolha de uma região que possuísse uma diversificação de usos para a implementação do abrigo, uma vez que, em áreas exclusivamente residenciais, a localização do edifício poderia, eventualmente, ser descoberto pelos moradores.

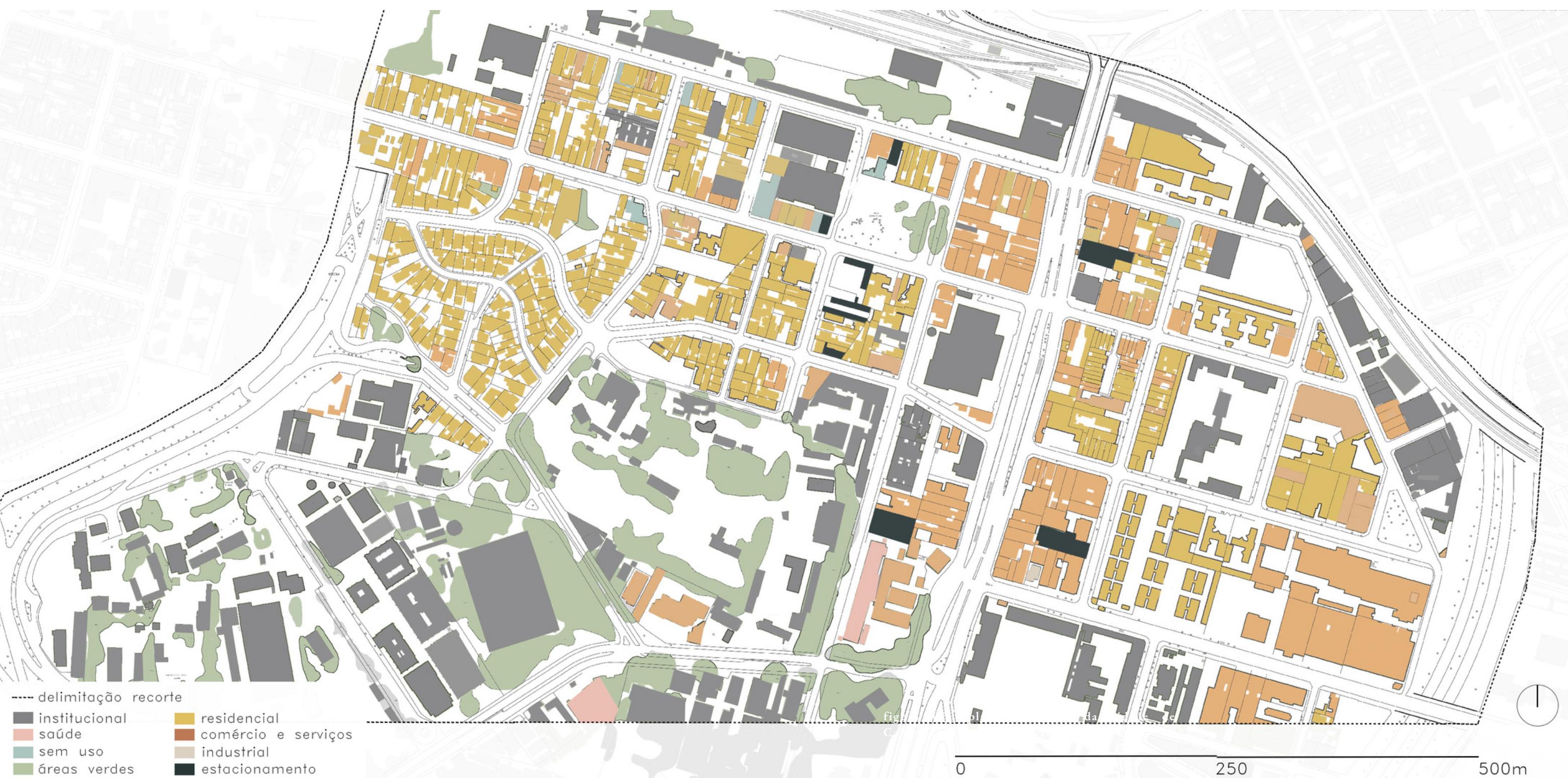




figura 21_ mapa de cheios e vazios. Fonte: da autora, 2022.
Informações extraídas do Google Maps.

No processo de caracterização do bairro, foram levantados também os vazios urbanos. O mapeamento apontou para uma baixa concentração de vazios que englobam, em sua maioria, estacionamentos, lotes subutilizados ou áreas verdes que estão dispostas em maior número nas quadras ao sudoeste, as quais concentram instituições como hospitais, a Prefeitura, o SENAI, entre outras. A busca se deu por lotes que contassem com estacionamentos não utilizados e que pudessem ser reaproveitados para a implantação do abrigo.

Em relação ao gabarito, são edifícios majoritariamente de um a dois pavimentos. São, em sua maioria, residências que faziam parte da antiga vila operária, com exceção de alguns edifícios residenciais que apresentam oito a dez pavimentos. Muitas dessas casas fazem parte do Conjunto Arquitetônico tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (CONDEPACC).



figura 22_ mapa de gabarito. Fonte: da autora, 2022.
Informações extraídas do Google Street View, 2018.

São ao todo 15 residências localizadas na rua Venda Grande e 18 na rua Francisco Teodoro, as quais foram construídas, por volta de 1920, pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro para funcionários ao longo de suas linhas e principais entroncamentos. Outros edifícios tombados ou em processo de tombamento são a Estação Ferroviária, o Teatro Castro Mendes, o coreto da praça Correia de Lemos e um casarão em frente à praça.

figura 23 caracterização do bairro. Fonte: da autora, 2022. Informações extraídas do Google Maps.

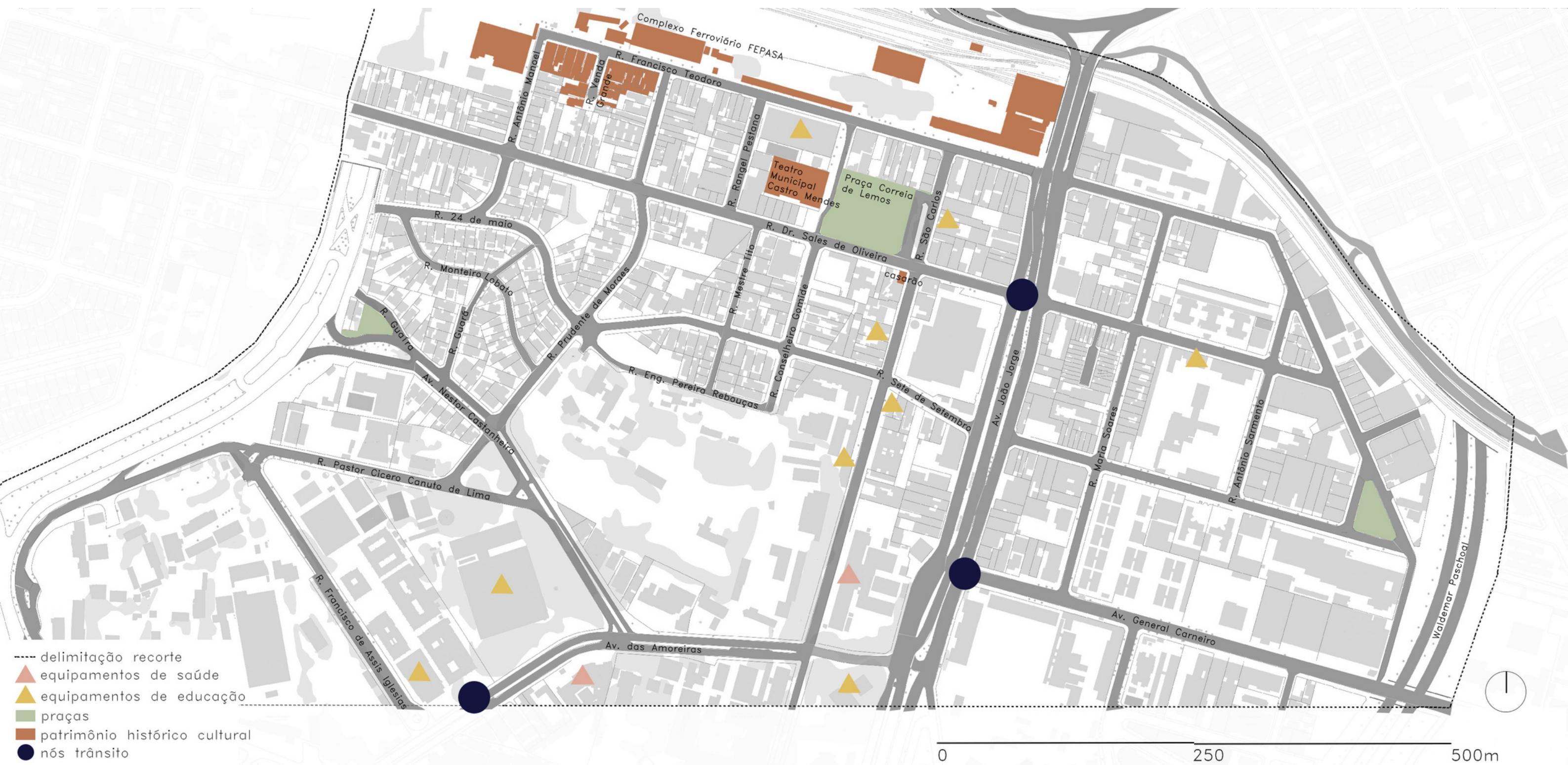




figura 24_ casas tombadas na rua Francisco Teodoro.
Acervo da autora, 2022.



figura 25_ praça Correia de Lemos com visão para o
Teatro Castro Mendes. Acervo da autora, 2022.



figura 26 coreto da praça Castro Mendes. Acervo da autora, 2022.



figura 27 casarão tombado. Acervo da autora, 2022.

Levantamento do terreno

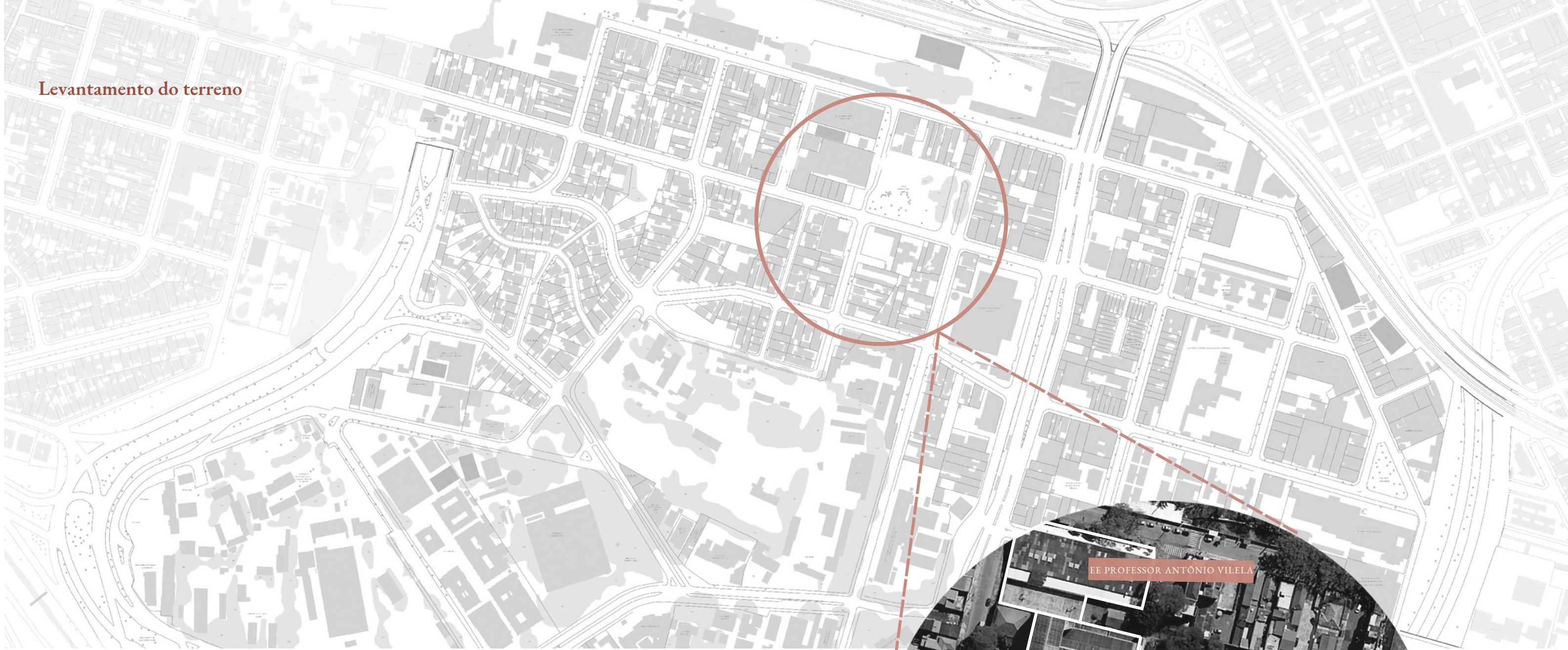


figura 28_ localização do terreno. Fonte: da autora, 2022.

Desse modo, buscou-se, nessa porção levantada, lotes que fossem ocupados por estacionamentos e que pudessem ser substituídos pelo abrigo. O desejo era que fosse uma região próxima à áreas verdes e próxima a escolas ou instituições educacionais, de modo a se pensar num projeto conjunto de capacitação de jovens mulheres. A escolha foi ocupar a porção destinada, atualmente, a dois estacionamentos anexos localizados em frente à praça Castro Mendes.

A escolha se deu pela presença da praça e de um ponto de ônibus em frente ao terreno, de modo a garantir o acesso facilitado ao abrigo. Os dois estacionamentos possuem uma área de aproximadamente 2.135,00m² e se localizam bem próximos a duas instituições: a Escola Estadual Professor Antônio Vilela Junior e o teatro Castro Mendes. A visita realizada ao local de intervenção possibilitou o levantamento de dados como o fato do estacionamento da esquina encontrar-se em situação de abandono.



figura 29 fachada do estacionamento. Acervo da autora, 2022.



figura 30 rua Conselheiro Gomide. Acervo da autora, 2022.



figura 31_ local de intervenção. Acervo da autora, 2022.

04

O PROJETO

Estudo do perfil das mulheres vítimas de violência em Campinas

Compreender quem são as mulheres vítimas de violência doméstica no município se mostrou essencial para a tomada de decisões projetuais e programáticas do edifício, dado que a violência atinge com maior grau segmentos específicos da população, evidenciando o caso das mulheres com demarcadores de ordem social e racial. Para esse estudo, foi utilizado como base o depoimento da psicóloga Patrícia Filiz do Centro de Referência e Apoio à Mulher de Campinas (CEAMO) com quem pude conversar durante o processo de levantamento de campo. Outra fonte essencial de consulta foi a pesquisa intitulada *Mulheres em risco: análise do perfil das mulheres vítimas de violência de gênero na Casa Abrigo Sara M* (2020) de autoria de pesquisadoras do curso de serviço social da UNIP.

De acordo com a psicóloga do CEAMO, apesar da violência atingir mulheres em todas as idades e em todas as classes sociais, existe um predomínio de mulheres atendidas entre os 35 e 45 anos. Porém, nos últimos anos, o CEAMO prestou atendimento para mulheres mais jovens na faixa dos 20 aos 35 anos.

A maioria das mulheres que procuram o serviço são mulheres de baixa renda com filhos. Além disso, ela aponta para o fato de que o máximo de permanência das mulheres no abrigo é de 3 meses, mas normalmente as vagas tendem a ser rotativas e as vítimas tendem a permanecer por no máximo 1 mês. Existem raros casos em que elas permanecem mais tempo.

Olha, até um tempo atrás, a maioria das mulheres estava na faixa dos 35 aos 45 anos. Um pouquinho antes da pandemia até, ocorreu um aumento grande de mulheres mais novas acessando o serviço. Essas mulheres estão na faixa dos 25 aos 35 anos. Isso a gente está vendo com bons olhos, assim, quer dizer que as mulheres estão despertando mais cedo para denunciar (FILGOLA, 2022).

Essas informações foram cruzadas com os dados disponibilizados pela pesquisa que teve por finalidade mapear o perfil das mulheres em situação de violência acolhidas pela Casa Abrigo Sara M por meio da análise dos dados cadastrais das usuárias do serviço durante o estágio das pesquisadoras. De acordo com Domingues, Meceneiro, Quintana (2020), foram atendidas, no abrigo Sara M, 674 mulheres de 1997 a 2019, último ano de levantamento da pesquisa. Por meio de arquivos internos da Prefeitura Municipal de Campinas, elas levantaram informações sobre o número de vítimas acolhidas pelo abrigo a cada ano, o tempo de permanência, a faixa etária e o destino das usuárias ao saírem do abrigo.

O gráfico 1, elaborado a partir das informações retiradas da pesquisa, aponta o aumento significativo do número de usuárias atendidas pelo abrigo de segurança, que foi de 5 mulheres em 1997 para 67 em 2019, abrigando também grande número de crianças e adolescentes. Esse aumento no número de acolhimentos ao longo dos anos pode ter sido influenciado pela infraestrutura das casas abrigo nos primeiros anos de surgimento.

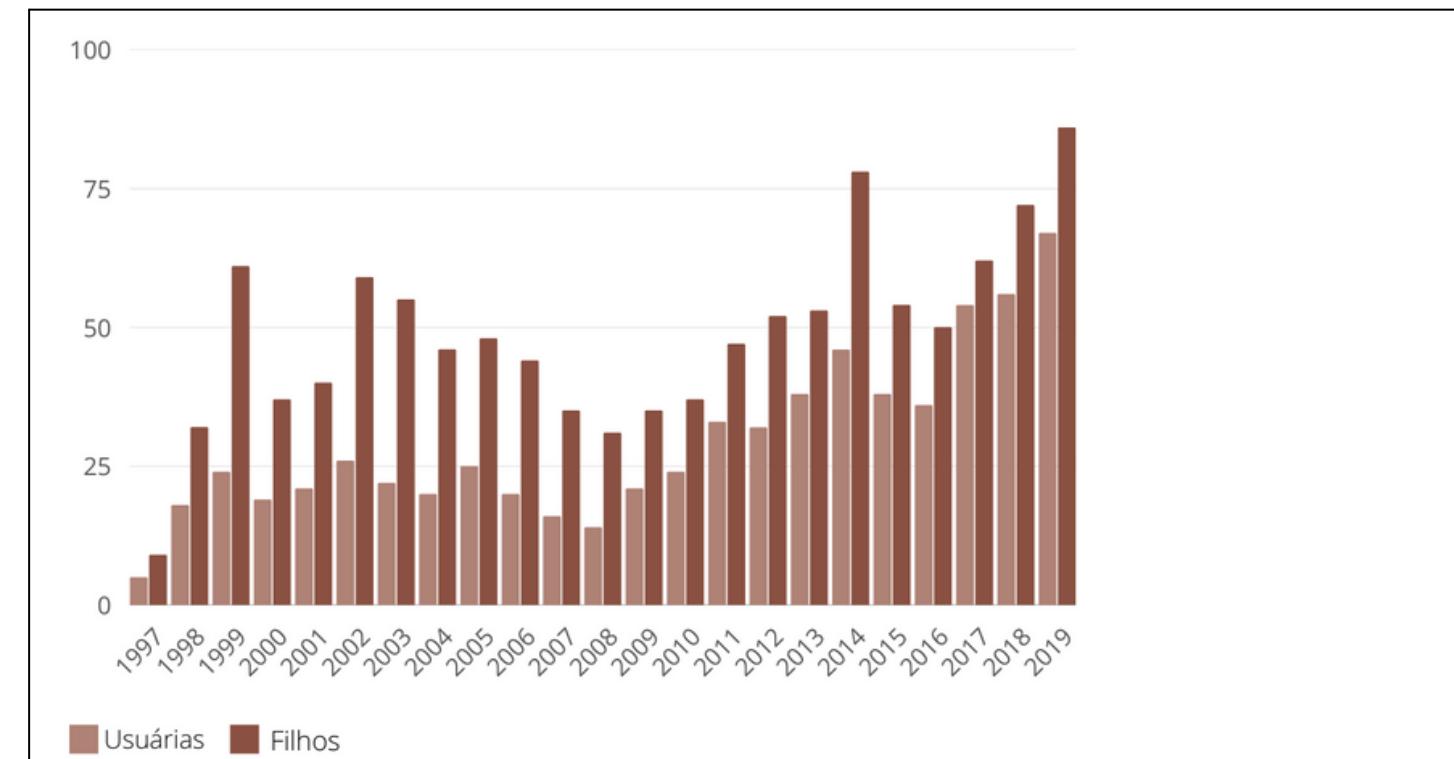
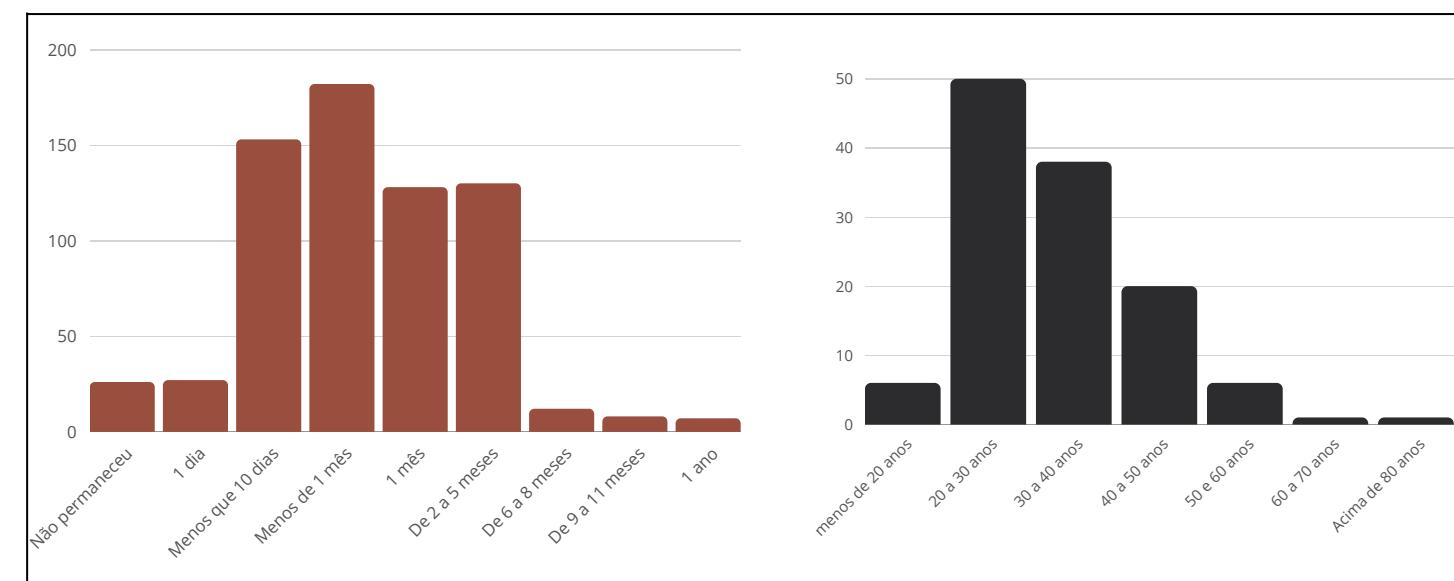


gráfico 01_número de mulheres, crianças e adolescentes acolhidos pelo abrigo de 1997 a 2019. Fonte: Informações extraídas de Domingues, Meceneiro, Quintana, 2020.



gráficos 02 e 03_tempo de permanência das mulheres no abrigo de 1997 a 2019 e faixa etária das usuárias acolhidas (2018-2019). Fonte: Informações extraídas de Domingues, Meceneiro, Quintana, 2020.

Em relação ao tempo de permanência, os dados se assemelham muito aos exemplificados pela psicóloga do CEAMO, visto que um número significativo de 182 usuárias permaneceu menos de um mês de 1997 a 2019 como indicado no gráfico 2. Esse número diminui e aponta para o fato de haver baixa necessidade em permanecer no abrigo por períodos mais longos. No que tange à faixa etária, as mulheres entre os 20 e 30 anos são as mais atendidas segundo o gráfico 3.

No período de 2018 a 2019, no momento do acolhimento, apenas 35% das mulheres estavam trabalhando, 41% das usuárias não possuíam o ensino médio completo. Além disso, 34% das mulheres recebidas já haviam tentado suicídio e a grande maioria (76%) haviam tentado romper com o companheiro antes de se direcionarem para o abrigo conforme indicado no gráfico 4.

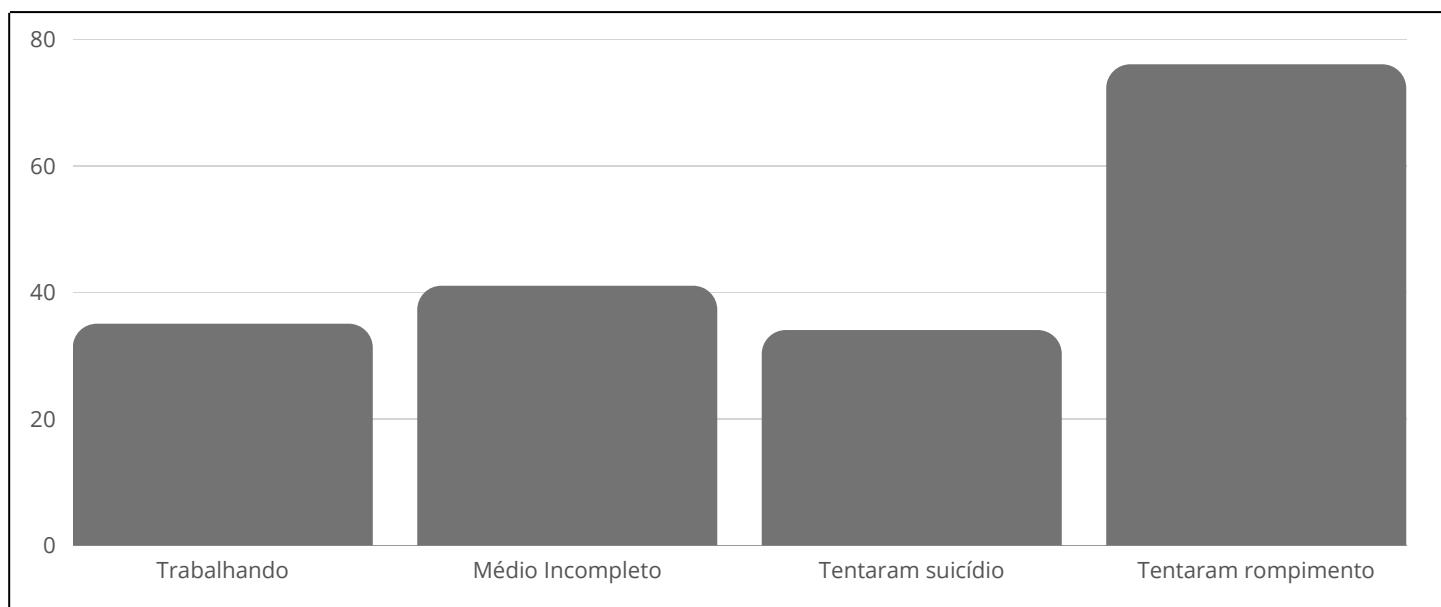


gráfico 04_ situação de trabalho, escolaridade, tentativas de suicídio e de rompimento com o abrigo (2018-2019). Fonte: Informações extraídas do Domingues, Meceneiro, Quintana, 2020.

Outro fator importante de análise, é o destino das mulheres ao saírem do abrigo de segurança. A maioria delas recebem apoio e são acolhidas pelos familiares (33%), existem aquelas que se encaminham para um novo endereço (29%) e as que retornam para o mesmo endereço e para a convivência com o autor da violência (20%), o que configura um número expressivo. Desse modo, com o cruzamento das informações levantadas, pode-se perceber que as mulheres atendidas pelos abrigos são de baixa renda, em sua maioria, usuárias dos serviços de assistência social do município como o PBF (Programa Bolsa Família), são mulheres jovens (20-30 anos) de baixa escolaridade e com filhos.

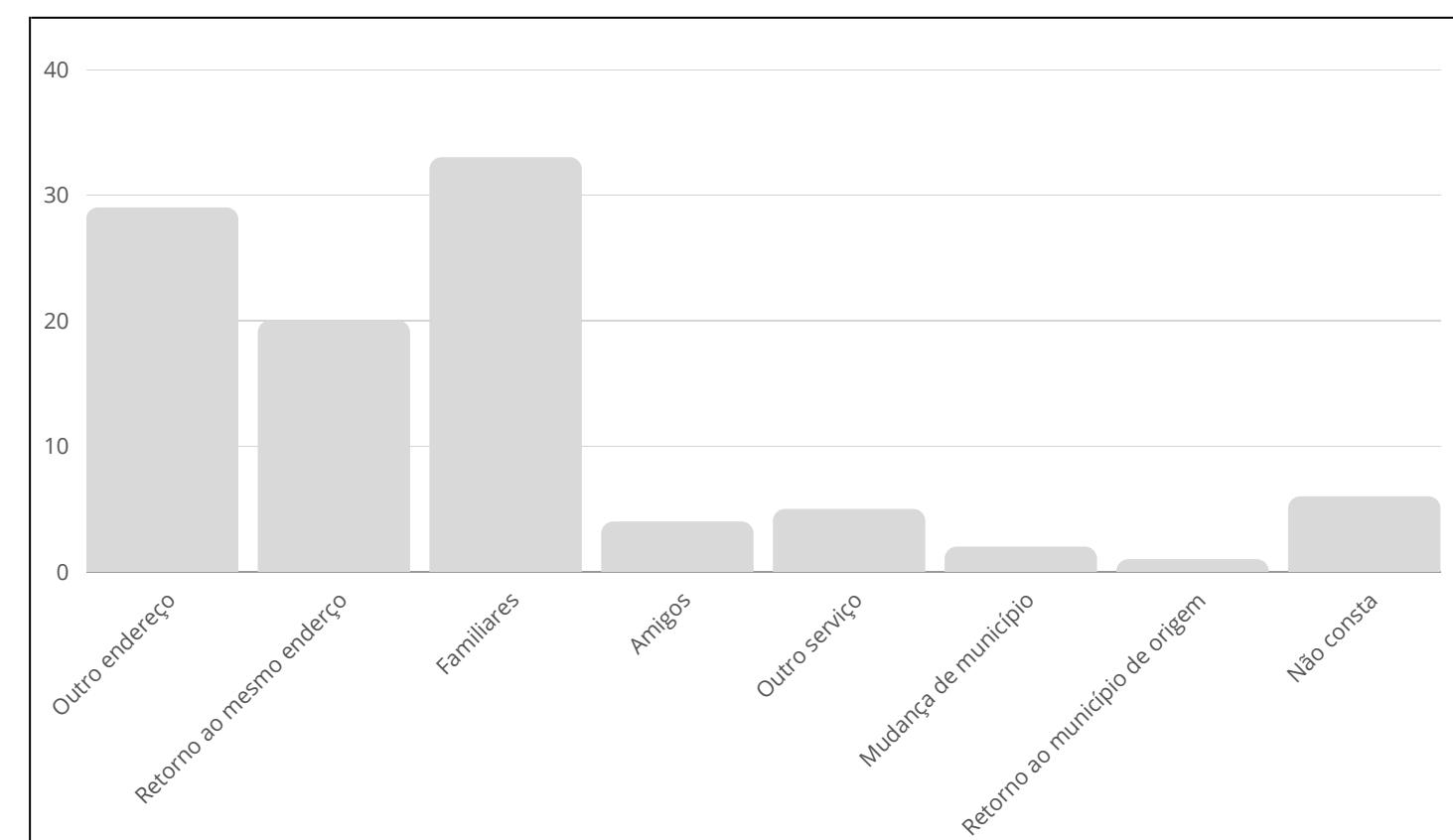


gráfico 05_ destino das usuárias no desligamento do serviço (2018-2019). Fonte: Informações extraídas do Domingues, Meceneiro, Quintana, 2020.

O programa

Tendo em vista que o abrigo deve atender não somente às mulheres vítimas de violência como também seus filhos, se estabeleceu um programa baseado, principalmente, no *Manual de Atendimento das Casas de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência* (Casa Abrigo e Casa de Passagem) da Prefeitura de São Paulo. O material apresenta diretrizes, parâmetros e orientações para o funcionamento das casas abrigo no âmbito municipal com base na *Norma Técnica de Atendimento do Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo* (2011), primeiro instrumento de normatização de atendimento no serviço público municipal de direitos humanos, e no *Guia de Procedimentos para Atendimento à Mulheres em Situação de Violência* (2010). Apesar de ser idealizada para âmbito municipal, ela foi utilizada como base para a definição do programa da casa abrigo em Campinas.

As normas técnicas citadas acima se baseiam, principalmente, na diferenciação entre Casas Abrigo e Casas de Passagem. Segundo as informações disponíveis pela norma, as Casas Abrigo se constituem enquanto serviços de acolhimento temporário de longa duração para mulheres em risco de morte acompanhadas ou não de seus filhos(as)/dependentes. As Casas Abrigo são serviços de caráter sigiloso onde a mulher pode permanecer por um período determinado (de 90 até 180 dias), enquanto recebe o apoio necessário. Enquanto as Casas de Passagem também são serviços que recebem mulheres em situação de violência, mas por um período menor (de 15 dias até 30 dias). São locais que não necessitam de sigilo, uma vez que as mulheres atendidas não correm risco iminente de morte (SÃO PAULO, 2021).

Além disso, o estudo do funcionamento desses equipamentos também se baseou no Procedimento Operacional Padrão (POP) responsável por especificar os serviços ofertados pelos equipamentos públicos da Rede de Atendimento de Direitos Humanos no município de São Paulo. Tal procedimento compreende desde o acolhimento inicial, passando pelo atendimento e acompanhamento individual, especializado e interdisciplinar para orientações e encaminhamentos para acesso a serviços e políticas públicas, atividades coletivas e de acolhimento, indicando a necessidade do edifício contemplar ambientes de atendimento especializado. Dessa maneira, o Manual de Atendimento, citado anteriormente, prevê a implementação dos seguintes ambientes:

Sala de atendimento especializado: ambiente acolhedor que permita a escuta do usuária mantendo-se o sigilo da informação e composto por 1 mesa para atendimento individualizado, 3 cadeiras estofadas e 1 computador com pacote office atualizado e acesso a rede de internet. (1 unidade)

Sala de apoio técnico, administrativo com 5 postos de trabalho individuais: 5 mesas de trabalho individual, 5 cadeiras estofadas para uso dos profissionais, 5 computadores com pacote office atualizado e acesso a rede de internet, 1 impressora e 3 armários multiuso. (1 unidade)

Espaço para recreação infantil: espaço acolhedor e lúdico para entretenimentos de crianças que estejam acompanhando usuárias em atendimento. Deve ser composto por conjunto de brinquedos educativos, livros infantis, mesa e cadeiras infantis, piso de E.V.A. (1 unidade)

Área de alimentação: espaço amplo com 4 mesas e 5 cadeiras para realização de refeições. (1 unidade)
Cozinha/Copa: espaço contendo 2 refrigeradores, 2 microondas, 2 pias, 2 fogões e 1 armário tipo dispensa para alimentos. (1 unidade)

Almoxarifado: espaço reservado voltado ao armazenamento de produtos de limpeza e itens de manutenção. (1 unidade)

Dormitório com capacidade para 4 pessoas: espaço reservado contendo 4 leitos, 1 berço, 1 armário com tranca. (5 unidades)
Instalações sanitárias: ambiente com sanitário, pia, trocador de fralda e chuveiro. (6 unidades)

(SÃO PAULO, 2021, p.33)

Apoiando-se na norma, o edifício foi pensado para possuir não somente espaços de acolhimento, mas, também, lojas nos térreos das fachadas voltadas à rua Conselheiro Gomide e à rua Dr. Sales de Oliveira, de modo a manter o caráter do bairro. A casa de acolhimento projetada difere da tipificação das casas abrigos e de passagem previstas pela norma, pois o objetivo é que as mulheres que não estão em risco de morte permaneçam um maior tempo no abrigo, cerca de um ano, para que elas recebam a assistência e capacitação necessária para a inserção no mercado de trabalho. Desse modo, o programa do edifício conta com seis principais áreas e/ou setores: a área administrativa, a área assistencial, a área educacional/cultural, a área pública, a área social e a área habitacional. O setor educacional/ cultural foi pensado tendo em vista a permanência estendida das mulheres e de seus filhos, os quais necessitam de um acompanhamento educacional. A tabela a seguir apresenta os ambientes contemplados por setor e suas áreas correspondentes.

O setor público foi pensado de modo a possuir uma gestão separada do abrigo. Para o setor de habitação, foram previstas 5 tipologias (apartamentos de dois dormitórios com cozinha individual e apartamentos de um dormitório com cozinha compartilhada), fornecendo um total de 28 vagas. De acordo com a tabela, a soma das áreas dos setores correspondem a um total de 2.252,60m². Tendo em vista a área do terreno de 2.135,00m², buscou-se a implementação de edifícios entre dois a três pavimentos, respeitando o gabarito da região.

ÁREA ASSISTENCIAL	AMBIENTES	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
	Sala de atendimento psicossocial	2	15	30
	Sala de apoio jurídico	1	15	15
	Enfermaria	1	30	30
ÁREA ADMINISTRATIVA	Sala de apoio técnico	1	36	36
	Sala da coordenação	1	15	15
	Sala de reunião	1	15	15
	Copa/cozinha	1	15	15
	Almoxarifado	1	7,5	7,5
	Sanitário	1	7,7	7,5
ÁREA EDUCACIONAL/ CULTURAL	Biblioteca	1	50	50
	Brinquedoteca	1	30	30
	Sala de aula	2	30	60
	Sala de oficina	1	20	20
	Sanitário	1	30	30
	Salão de eventos internos	1	64	64
ÁREA SOCIAL	Refeitório/pátio	1	157	157
	Cozinha compartilhada	1	23	23
	Lavanderia	1	15	15
	Sala de TV	1	30	30
	Sala de estar	1	30	30
	Recepção	1	30	30
	Sanitário pátio	1	16	16
	Espaço para recreação infantil	1	56	56

ÁREA HABITACIONAL	AMBIENTES	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)	TOTAL (m ²)
	Apartamento acessível	3	48	144
	Apartamento de 1 dormitório	2	29,2	58,4
	Cozinha compartilhada	1	9,20	9,20
	Apartamento de 1 dormitório	2	32	64
	Apartamento de 1 dormitório	2	40,5	81
	Cozinha compartilhada	1	16	16
	Apartamento de 2 dormitórios	15	42	630
	Apartamento de 2 dormitórios	4	48	192
ÁREA PÚBLICA	Loja	2	32	64
	Loja	2	48	96
	Restaurante	1	116	116

TOTAL (m²) 2.252,60

Para a definição do programa, foi utilizado, também, como principal referência o projeto do *Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica* (Amos Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects) em Tel Aviv, Israel. O edifício foi projeto em 2018, em parceria com a organização *No to violence* para abrigar as vítimas de violência na cidade. O modo como o abrigo foi projetado traz algumas leituras importantes no que tange ao tema do acolhimento na arquitetura.

No projeto, cada família fica abrigada numa vila, unidades separadas das demais funções comunitárias do edifício. Esse aspecto é fundamental para o desenvolvimento da autonomia da mulheres em situação de violência que podem se dedicar ao cuidado e gerenciamento do seu próprio espaço. O programa do abrigo conta com áreas comuns, jardim de infância, sala de informática, lavanderia, cozinha e refeitório, dependências independentes para cada família, acomodação de funcionários, áreas de escritório e um berçário separado do edifício principal, em que as mães deixam seus filhos no período da manhã (ARCHDAILY).

Eu admiro muito o trabalho do artista Eduardo Chillida e enquanto desenhava esse edifício, eu recorri a um projeto muito popular seu, 'Okamoto' que projetou ao escavar uma montanha. Isso evocou a ideia de uma pedra escavada por dentro, deixando-a com duas superfícies: uma externa rústica, enquanto a interna seria lisa e delicada. Esta analogia tornou-se o conceito principal do nosso edifício, que tem duas fachadas - a externa segura e protetora e a fachada interna, voltada para o jardim central, o "coração" terapêutico do abrigo (AMOS GOLDREICH).



figuras 32 e 33_ fachada externa do abrigo e visão do pátio interno. Fonte: ARCHDAILY.

A ideia de um pátio central como o coração do abrigo se configura como aspecto essencial do projeto e inspirou a idealização da casa de acolhimento aqui proposta. Ele funciona como ponto de encontro e ponto visual entre as mães e seus filhos. Dessa maneira, foram estudadas as áreas de cada ambiente e o modo como eles estavam distribuídos no espaço, tomando como base a planta do térreo que concentra a maioria das atividades.

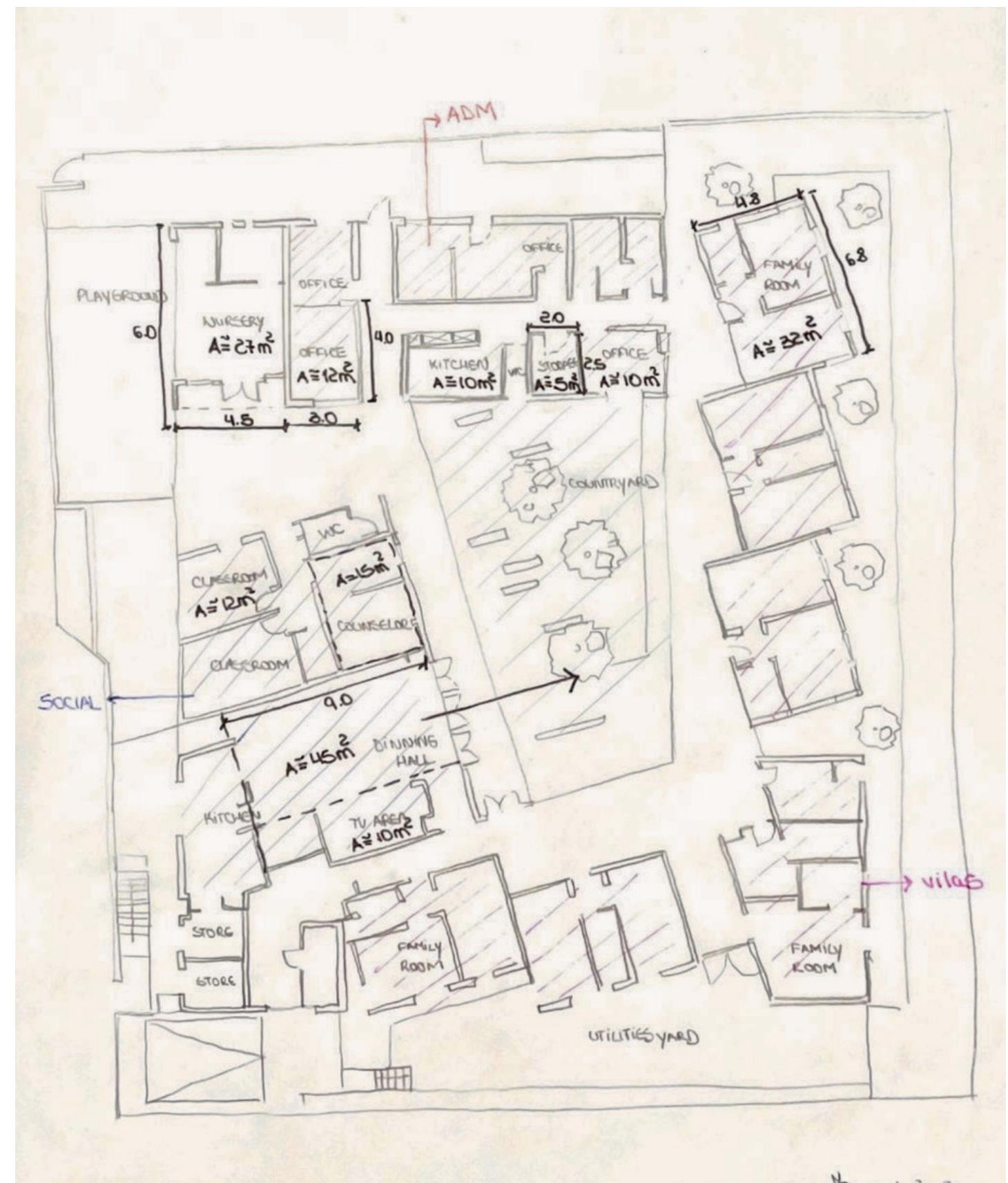


figura 34_ planta térreo. Informações inseridas pela autora, 2022. Fonte: ARCHDAILY.

Referências projetuais

Frauen-Werk-Stadt I

O conjunto de habitação social Frauen-Werk-Stadt I (1995-1997) de Viena traz consigo a perspectiva de gênero aplicada na investigação da relação entre casa e cidade. O projeto, promovido pelo Departamento de Gênero de Viena, parte de uma diversidade de unidades propostas e uma sensibilidade na resolução do desenho dos espaços abertos. A arquiteta vencedora do concurso para o projeto foi a austríaca Franziska Ullmann.

Sua proposta se baseou na flexibilidade espacial, nas oportunidades de interação, a conexão entre as residências por corredores galérias e a concentração dos espaços de brincar. Os ambientes coletivos também estavam presentes como lavanderia e local para armazenamento de objetos grandes como bicicletas ou carrinhos de bebê.

Um ponto de destaque é a importância da conexão entre as entradas do conjunto, de modo a concentrar o fluxo de pessoas. A diversidade de tipologias e sua alternância contribuem para o movimento e atividade nas fachadas voltadas ao pátio. Nas fachadas externas, o edifício conta com unidades comerciais no térreo.

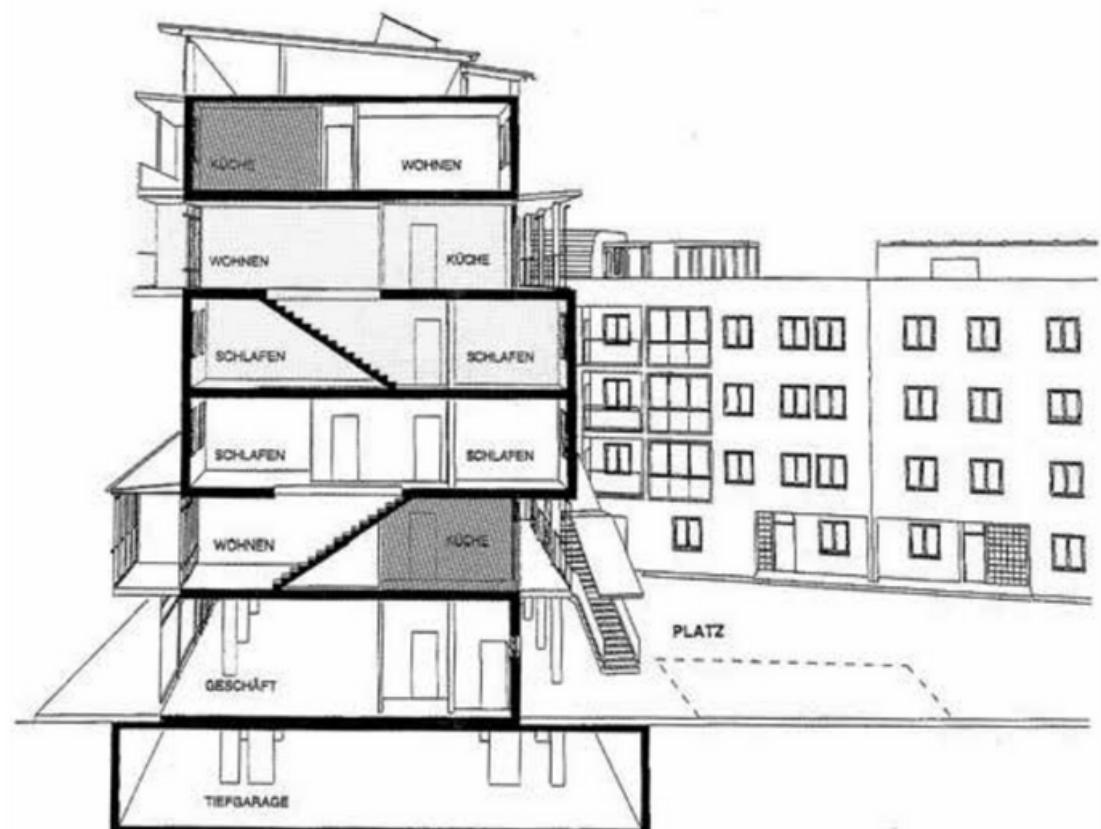


figura 35_ corte do edifício projetado por Franziska Ullmann - alternância de usos nas fachadas. Fonte: CORADIN, 2014.

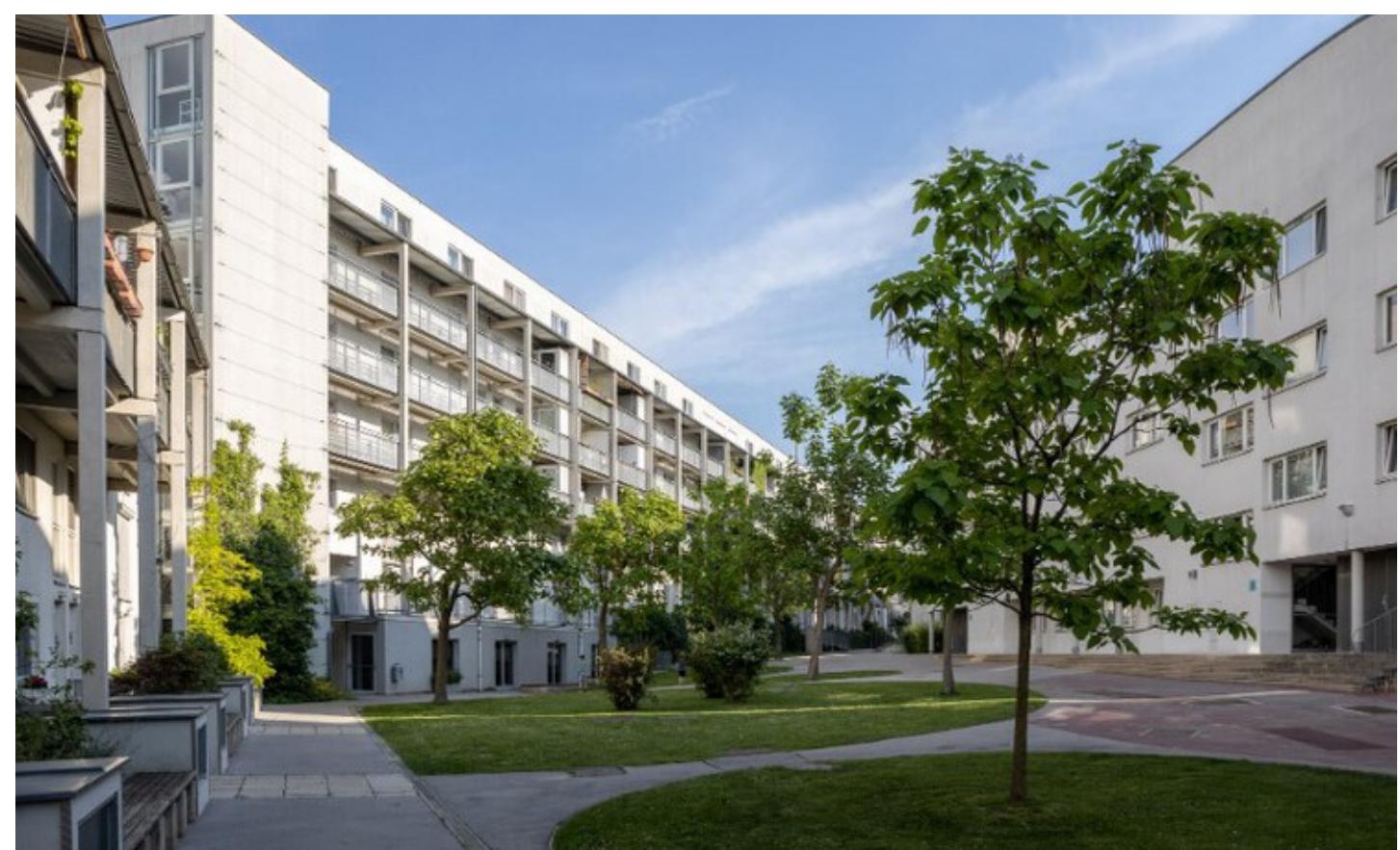


figura 36_ jardim interno. Fonte: Dieter Henkel (ARCHDAILY).

Referências projetuais

2715 Pennsylvania Avenue

O projeto do edifício de uso misto concebido por Eduardo Souto de Moura foi a principal referência formal utilizada. Ele visou substituir um posto de gasolina na 2715 Pennsylvania Avenue NW, em Washington DC. São cinco pavimentos em tijolo e concreto, sendo oito apartamentos de aproximadamente $186m^2$ com varandas, uma academia, um apartamento de cobertura e um restaurante no térreo.

Foram realizados estudos sobre a distribuição dos ambientes, principalmente, do térreo e como o edifício ocupa e faz uso da esquina. A parte de circulação e caixas de escada ocupam a porção central acompanhadas de um depósito. O restaurante é o responsável por fazer a conexão com a rua e com o entorno e a planta dos apartamentos se espelham em cada andar.

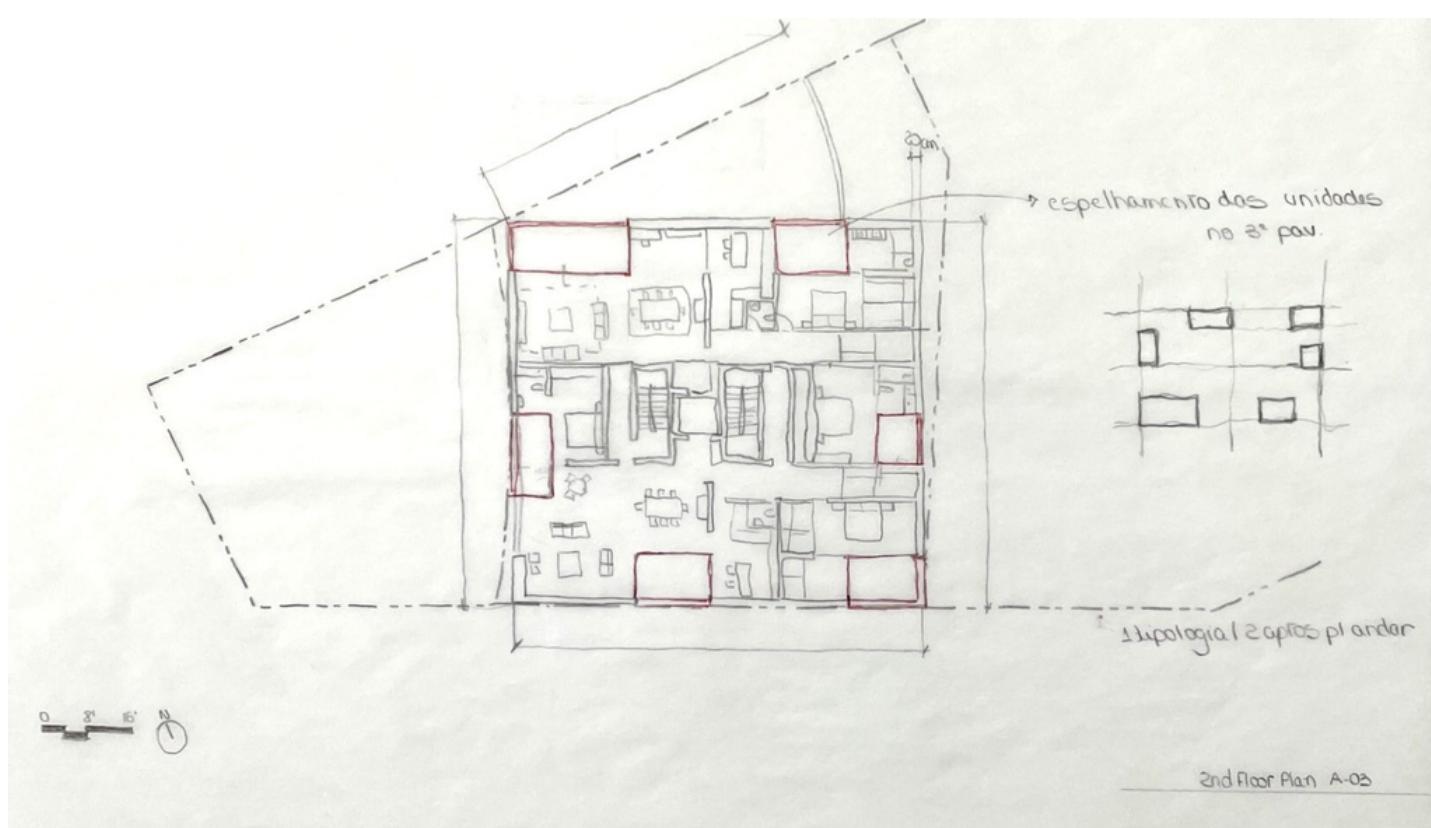


figura 37_ planta do 2º andar. Fonte: Informações inseridas pela autora sobre a planta do escritório Souto de Moura Arquitectos. 81

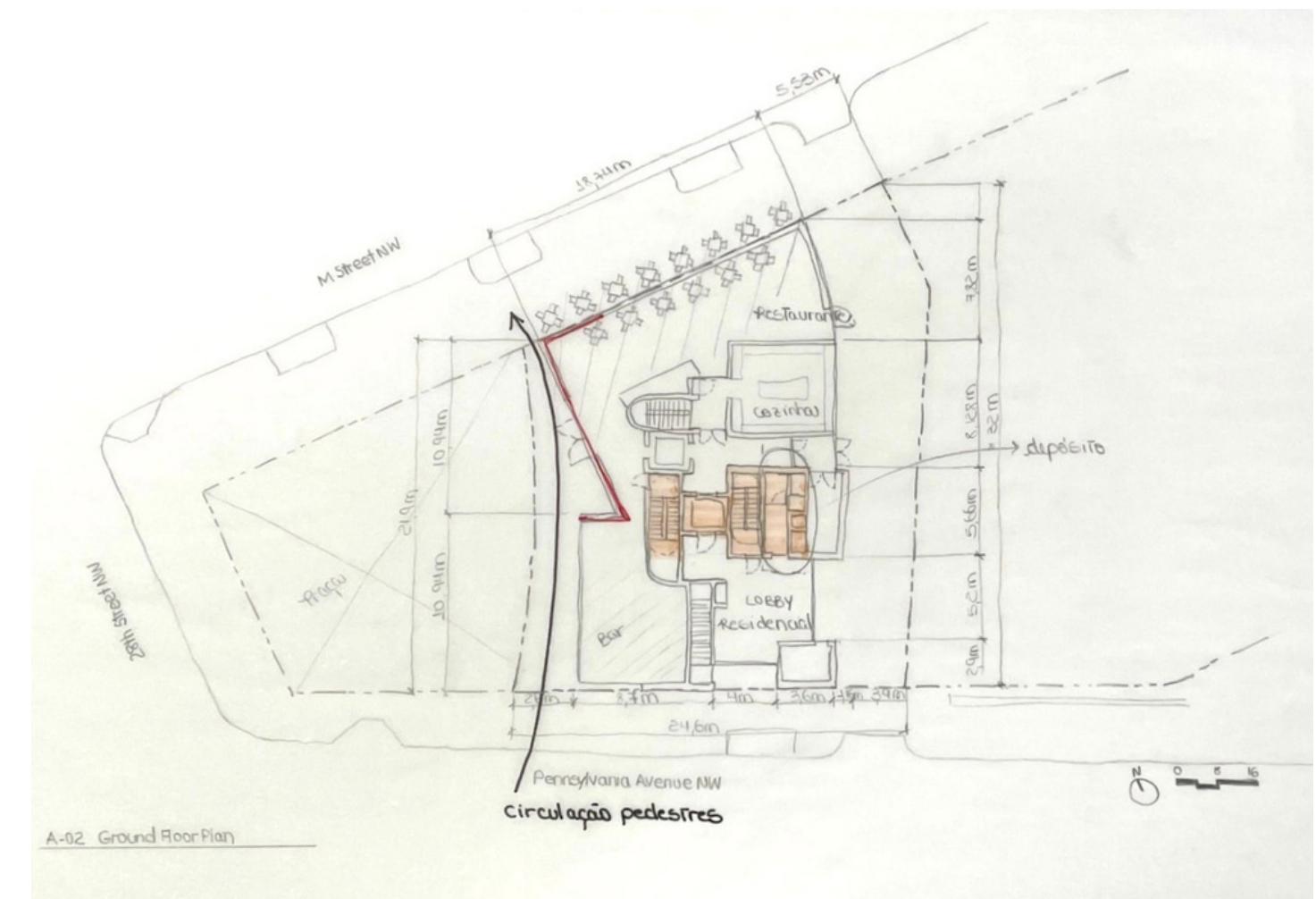


figura 38_ planta do térreo. Fonte: Informações inseridas pela autora sobre a planta do escritório Souto de Moura Arquitectos.



figura 39_ vista geral do edifício. Fonte: Souto de Moura Arquitectos. 82

Diretrizes de projeto

O tema do acolhimento na arquitetura permeou todo o projeto. Compreender as relações do corpo humano com o ambiente projetado se constitui enquanto elemento fundamental do processo. A noção de acolhimento perpassa relações de memória e afetividade do lugar. Nessa perspectiva, o principal questionamento se deu entorno de como projetar um espaço de permanência transitória, mas que garantisse uma apropriação dos ambientes pelas usuárias. Ao mesmo tempo, de que modo projetar um espaço seguro que não cerceie os comportamentos, mas que possibilite o desenvolvimento da ideia de pertencimento e identidade.

Essa apropriação espacial passa por alguns mediadores como a privacidade e a territorialidade (SAVI, 2008). A noção de privacidade está ligada a espaços que garantam e possibilitem a individualidade dos usuários e a territorialidade seria a necessidade dos usuários em delimitarem suas marcas. Tendo em vista esses principais conceitos, foram estabelecidas as diretrizes de projeto, baseando-se na noção de apropriação e de mutabilidade do espaço:

- Importância da flexibilidade dos ambientes através dos móveis e objetos, mas também de divisórias internas, conforme as necessidades das usuárias;
- Módulos habitacionais próprios que conjugam mais do que apenas um dormitório e banheiro, mas conta também com sala e cozinha;
- Espaços menores (maior articulação e possibilidade de usos);
- Espaços comuns propostos em diferentes escalas de privacidade;
- Importância da relação com o entorno (contato com a natureza);
- Presença de imagens, pinturas, objetos de referência da cultura, do cotidiano dessas mulheres;

Desse modo, com base nas referências indicadas e nas diretrizes propostas, buscou-se a implantação de um edifício que se voltasse ao interior com a presença de um pátio interno, local de encontro e troca entre as mulheres e que, ao mesmo tempo, estivesse integrado com vegetação. A implantação no lote se deu por meio de uma escala de privacidade, concentrando a parte pública e comércio próximo às ruas e a parte privada das habitações próximas ao fundo e divisa do lote.

Tendo em vista a característica do bairro em concentrar suas fachadas no limite do lote, uma das diretrizes, também, foi posicionar duas lâminas nas fachadas voltadas às ruas Dr. Sales de Oliveira e Conselheiro Gomide, ainda que a lei de uso e ocupação do solo de 2011 do município, preveja, para habitações horizontais multifamiliares, um recuo em relação às ruas de 4m. A conexão criada com o entorno imediato foi de integração e continuidade, dado que o objetivo era o abrigo se mesclar na paisagem urbana, foram utilizadas estratégias como a marcação do terreno com lojas e a adequação da altura do edifício.



figura 40_ implantação. Fonte: da autora, 2022.

Plantas

Pavimento térreo

O acesso ao abrigo ocorre pela lateral do edifício, por meio da rua Conselheiro Gomide. Isso porque durante a visita ao terreno, notou-se que a rua Dr. Sales de Oliveira possui uma concentração de veículos e pessoas mais intenso quando comparado a rua Conselheiro Gomide. Desse modo, a entrada ocorre lateralmente, pela rua menos movimentada, deixando a esquina reservada ao uso público.

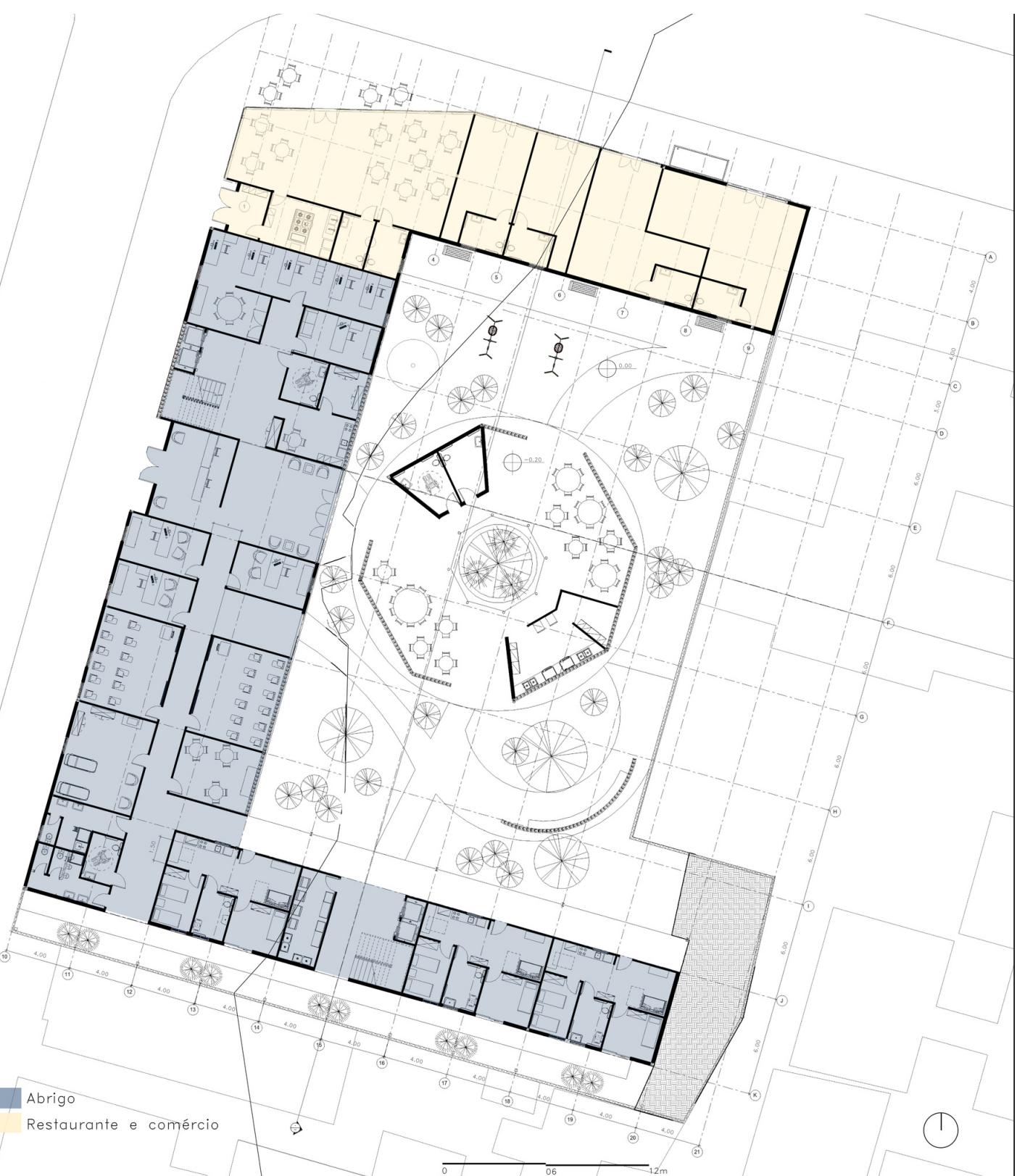
Nessa perspectiva, o pavimento térreo foi destinado aos setores educacional, habitacional, assistencial, administrativo e social. Ele concentra uma diversidade de funções, abrigando lojas e um restaurante de frente para a praça Correia de Lemos. A entrada do abrigo dá acesso à recepção que controla o fluxo e a entrada de pessoas. Existe também uma segunda entrada de serviço ao fundo do lote.

A caixa de escada próxima a recepção divide, de um lado, o setor administrativo (sala de apoio técnico, sala de reunião, sala da coordenação, copa, almoxarifado e sanitário) e, de outro, o setor assistencial (enfermaria, salas de apoio jurídico e psicossocial), sempre mantendo a ideia de espaços menores com maior possibilidade de usos. A outra caixa de escada da lámina, ao fundo do lote, se localiza entre as 3 unidades habitacionais acessíveis e a lavanderia.

O pátio interno engloba a região do refeitório, cozinha e sanitários que compõem parte do setor social. Além disso, o térreo conta também com salas de aulas e uma sala de oficina (setor educacional). O espaço para recreação infantil fica logo ao lado do pátio e foi pensado de modo que as mães possam estar a todo momento olhando para seus filhos.

A ideia era que cada pavimento contasse com alguns espaços livres como o próprio refeitório e seu entorno, de modo que as mulheres possam escolher e colaborar na escolha dos ambientes. Uma importante referência para a disposição dos espaços foi o site *Building Dignity*, uma colaboração entre a fundação Mahlum e a WSCADV (Coalizão do Estado de Washington Contra a Violência Doméstica), empresa que trabalhou em estreita colaboração com programas de violência doméstica em todo o estado de Washington. O objetivo principal do site é fornecer informações e estratégias de projeto para as casas abrigo de violência doméstica.

Uma das estratégicas presente no site e que foi incorporada no projeto é o acesso visual em todo o edifício, de modo a consolidar a autonomia das mulheres. É importante que elas possam escolher quando e com quem interagir. Desse modo, a maioria dos espaços comuns como as salas de TV, brinquedoteca, biblioteca e refeitório contam com fechamentos ou em vidro ou em cobogó. Segundo o site, para as moradoras, é essencial poder visualizar as pessoas de um ambiente antes de adentrá-lo.





- 01_LOJA
- 02_RESTAURANTE
- 03_SANITÁRIOS
- 04_COZINHA
- 05_DEPÓSITO
- 06_SALA DE APOIO TÉCNICO
- 07_SALA DE COORDENAÇÃO
- 08_SALA DE REUNIÃO
- 09_ALMOXARIFADO
- 10_SANITÁRIO
- 11_COPA
- 12_RECEPÇÃO DO ABRIGO
- 13_SALA DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL
- 14_SALA DE APOIO JURÍDICO
- 15_SALA DE AULA
- 16_SALA DE OFICINA
- 17_ENFERMARIA
- 18_CONJUNTO DE SANITÁRIOS
- 19_APARTAMENTO ACESSÍVEL (48m²)
- 20_LAVANDERIA
- 21_COZINHA
- 22_REFEITÓRIO
- 23_SANITÁRIOS
- 24_ESPAÇO DE RECREAÇÃO INFANTIL

figura 42_planta do térreo
Fonte: da autora, 2022.



figura 43_ planta do 1º pavimento
Fonte: da autora, 2022.

O primeiro pavimento concentra, principalmente, o setor habitacional e alguns ambientes do setor educacional/ cultural. Considerando as diferentes formações familiares e as necessidades específicas de cada família, foram propostas 5 tipologias de habitação. No primeiro andar, ficam 7 apartamentos de dois dormitórios com $42m^2$ e 4 apartamentos de dois dormitórios com $48m^2$. A sala de estar fica localizada em frente a escada e há uma grande varanda que dá acesso à sala de eventos internos.

- 01_SALÃO DE EVENTOS INTERNOS
- 02_VARANDA
- 03_APARTAMENTO 2 DORMITÓRIOS ($42m^2$)
- 04_CIRCULAÇÃO
- 05_SALA DE ESTAR
- 06_BRINQUEDOTECA
- 07_APARTAMENTO 2 DORMITÓRIOS ($48m^2$)

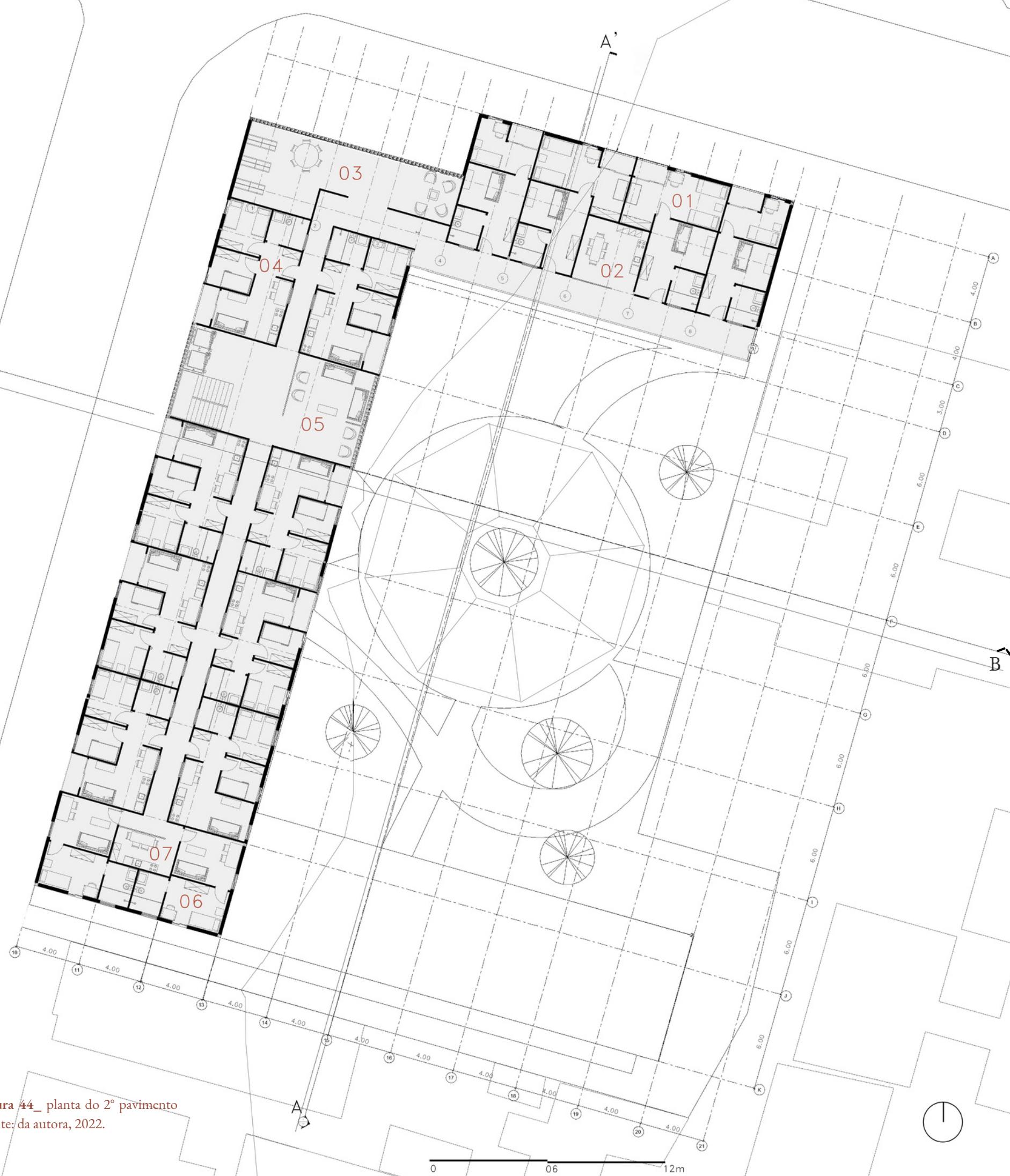


figura 44_ planta do 2º pavimento
Fonte: da autora, 2022.

O segundo pavimento foi destinado majoritariamente ao setor habitacional, com exceção da biblioteca e da sala de TV. Quanto às tipologias, são 4 apartamentos de um dormitório com cozinha compartilhada, sendo dois com $32m^2$ e dois com $40,5m^2$; 8 apartamentos de dois dormitórios com $42m^2$ e 2 apartamentos de um dormitório com $29,2m^2$ e cozinha compartilhada.

- 01_APARTAMENTO 1 DORMITÓRIO ($40,5m^2$)
- 02_COZINHA COMPARTILHADA
- 03_BIBLIOTECA
- 04_APARTAMENTO 2 DORMITÓRIOS ($42m^2$)
- 05_SALA DE TV
- 06_APARTAMENTO 1 DORMITÓRIO ($29,2m^2$)
- 07_COZINHA COMPARTILHADA

Tipologias

Tendo em vista que a visualização dos arquivos em versão digital é limitada, são apresentadas, de modo mais aproximado, as tipologias habitacionais.

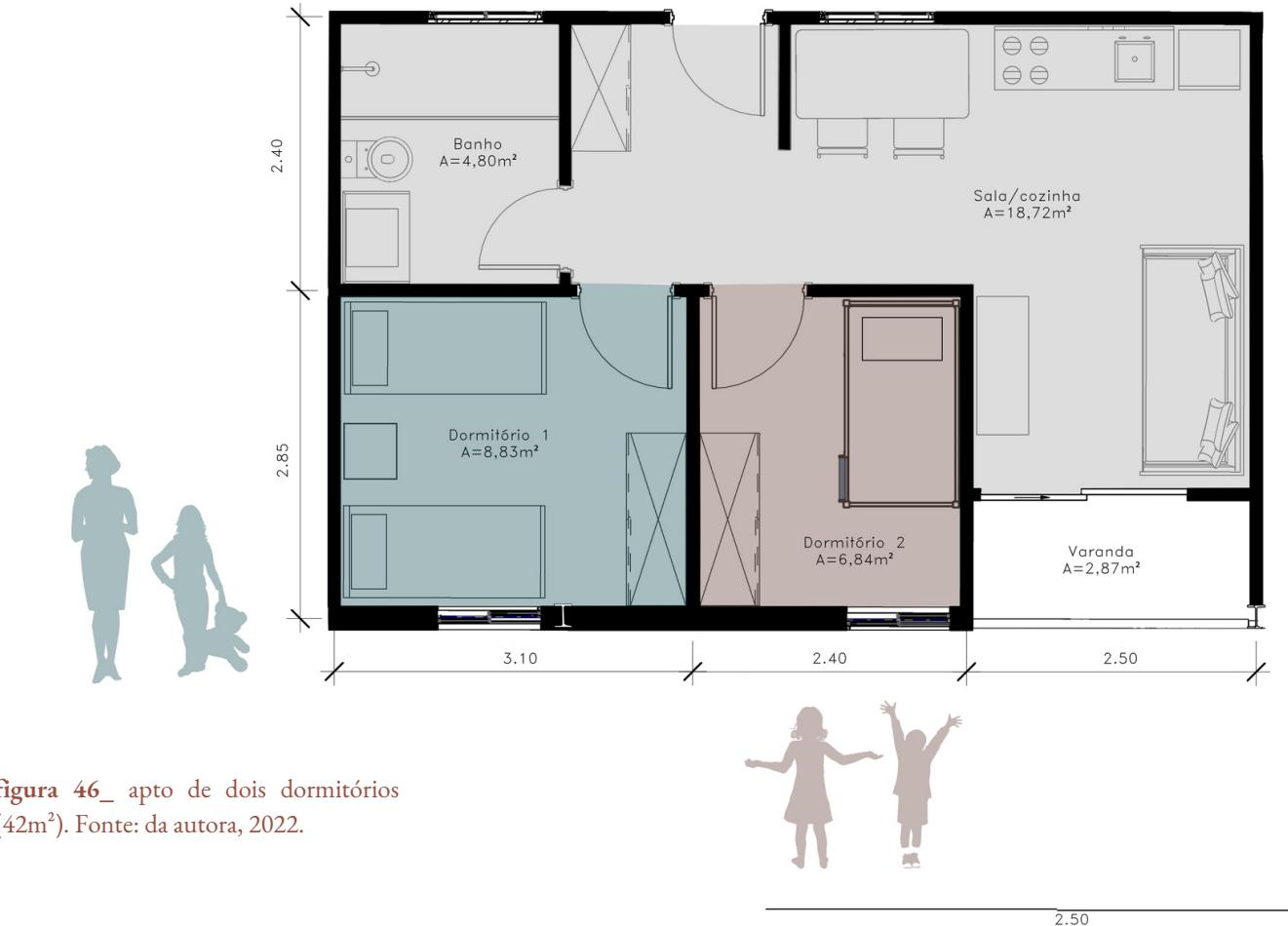






figura 50_ elevação leste



figura 51_ elevação oeste 100

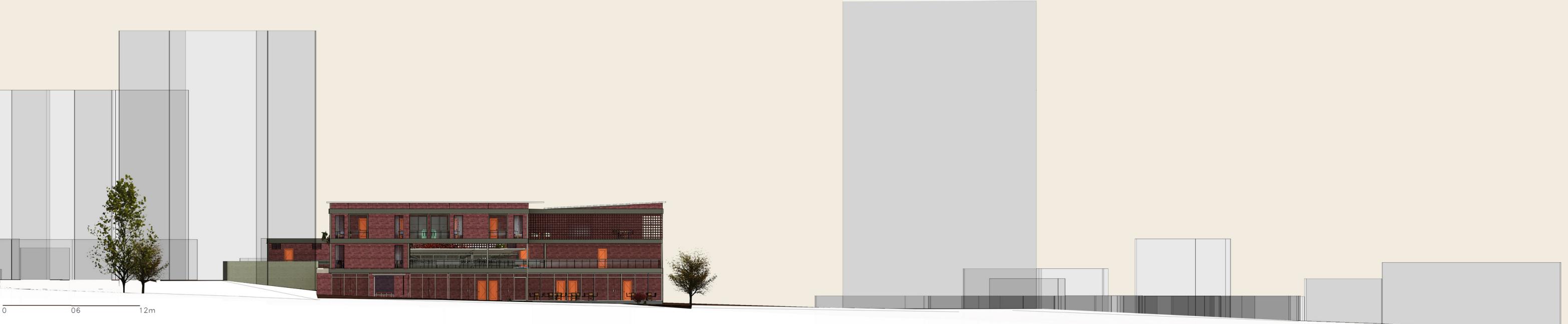


figura 52_ elevação norte



figura 53_ elevação sul

Estrutura

Quanto à materialidade do edifício, buscou-se um material que permitisse um conforto ambiental. Desse modo, foi escolhido o tijolo aparente (19x10x4cm) como vedação e a estrutura independente metálica com laje em concreto. Todo o projeto é modulado de 6 em 6m ou de 4 em 4m e o maior vão possui 12m. Os pilares do edifício principal possuem perfil I (15x20cm) e os pilares do pátio são circulares com diâmetro de 13,5cm.

Os pilares foram deslocados em relação ao eixo, de modo que eles não aparecessem na fachada. O objetivo era que as fachadas fossem marcadas apenas pelas vigas principais ($h=35\text{cm}$). As paredes externas possuem espessura de 20cm e as internas 10cm. Quanto à cobertura, tanto a do pátio quanto a do edifício principal são compostas por treliças metálicas com diferentes vãos. O edifício tem um vão de 12m e o pátio, por sua vez, um vão de 6m. As coberturas são de telhas termoacústicas trapezoidais com inclinação de 12%.

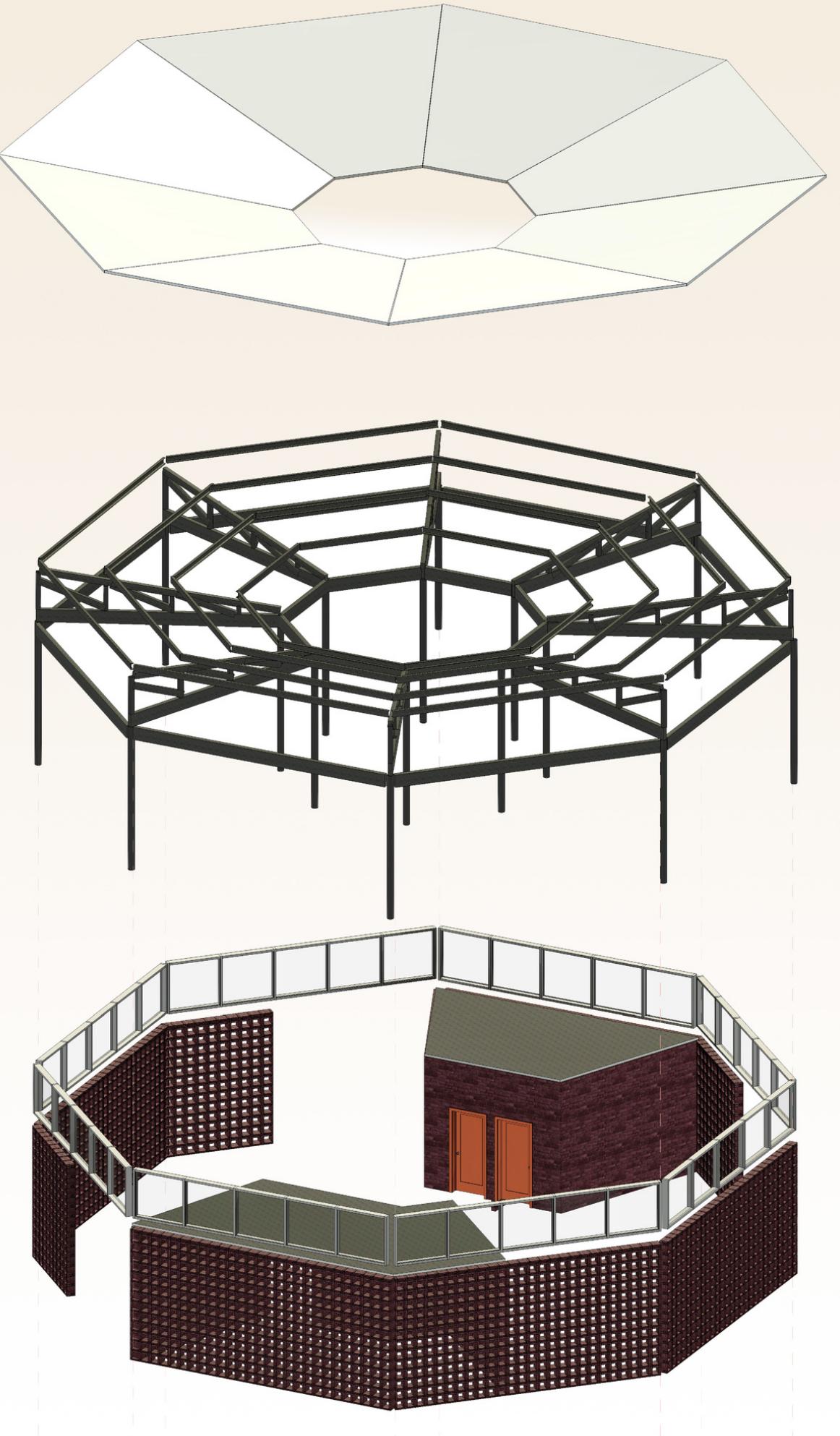


figura 54_ explodida do pátio

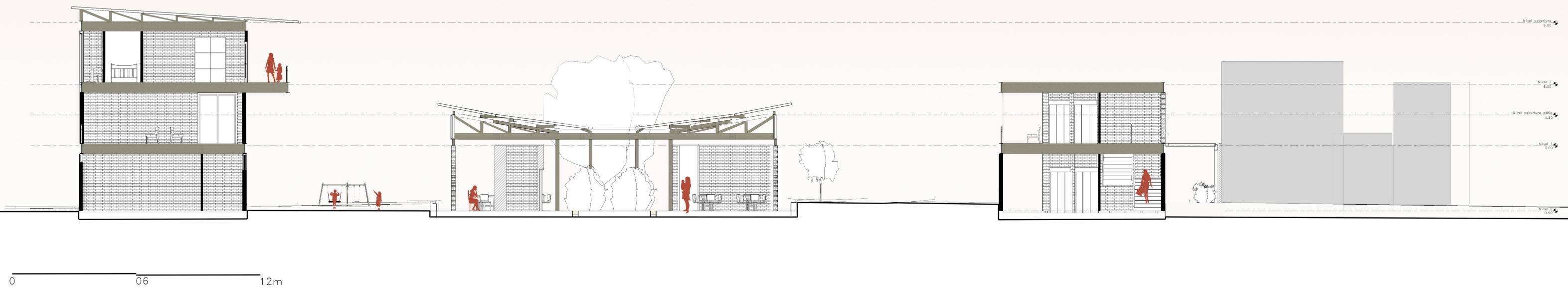
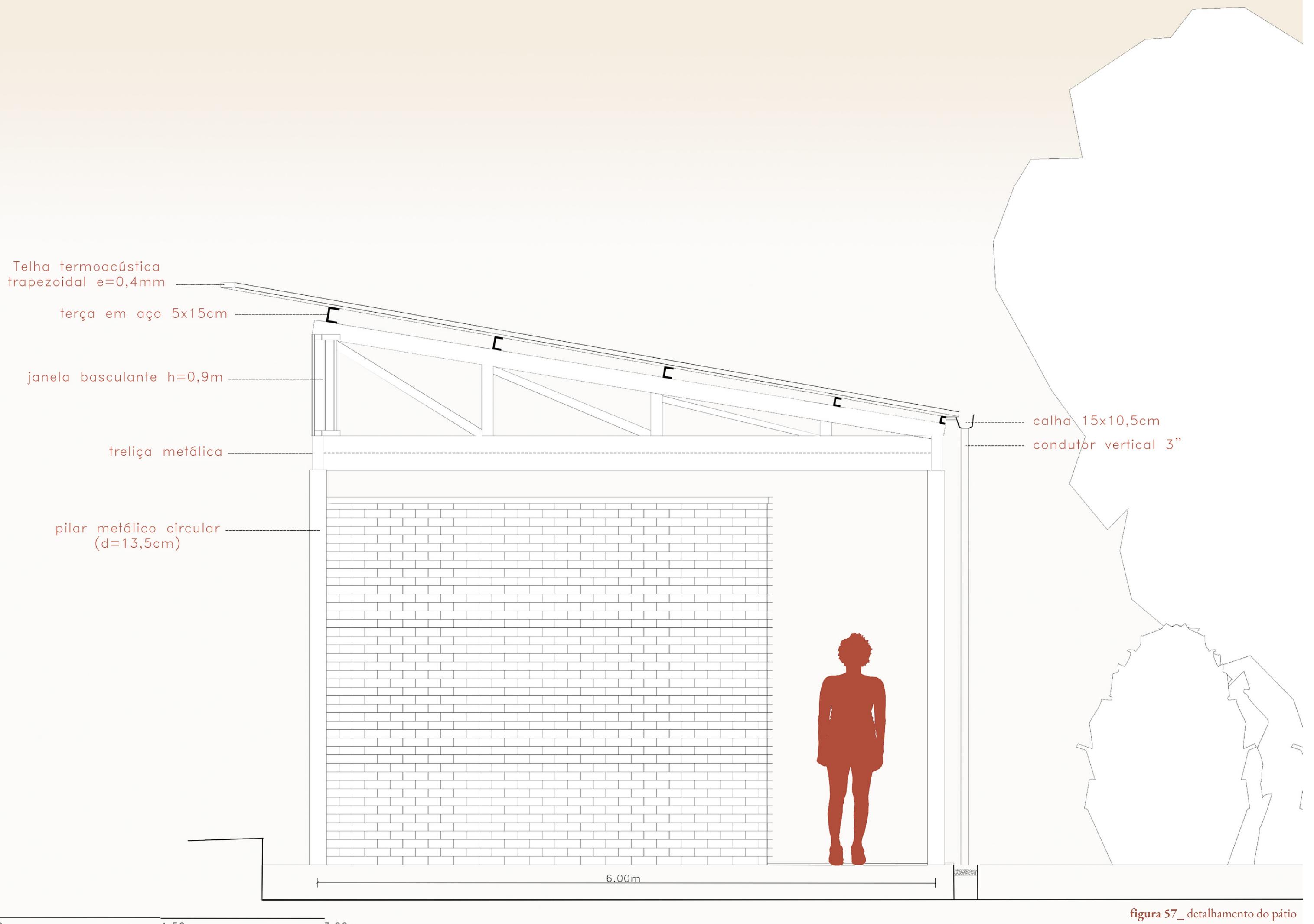


figura 55_ corte AA'



figura 56_ corte BB'



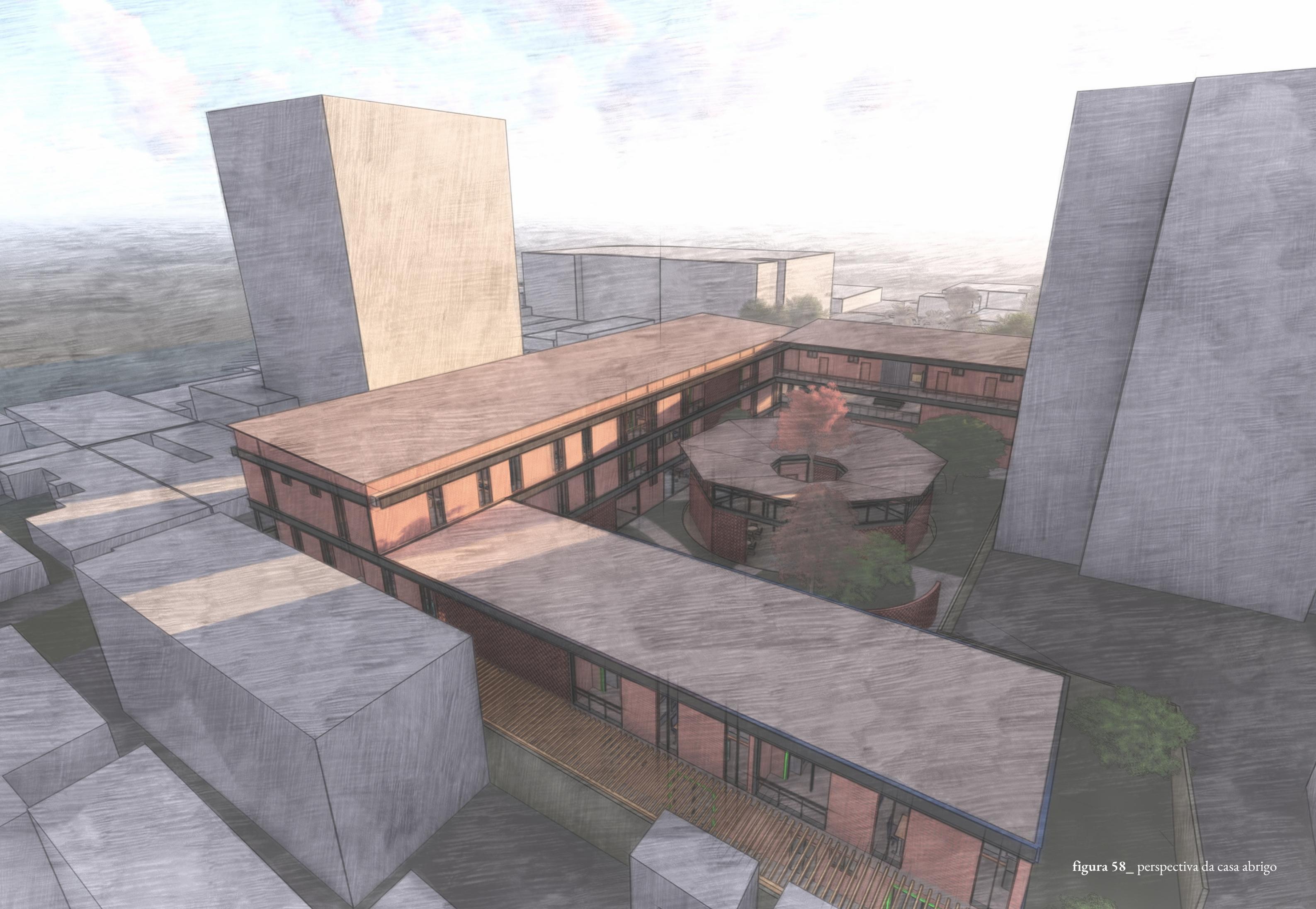


figura 58_ perspectiva da casa abrigo

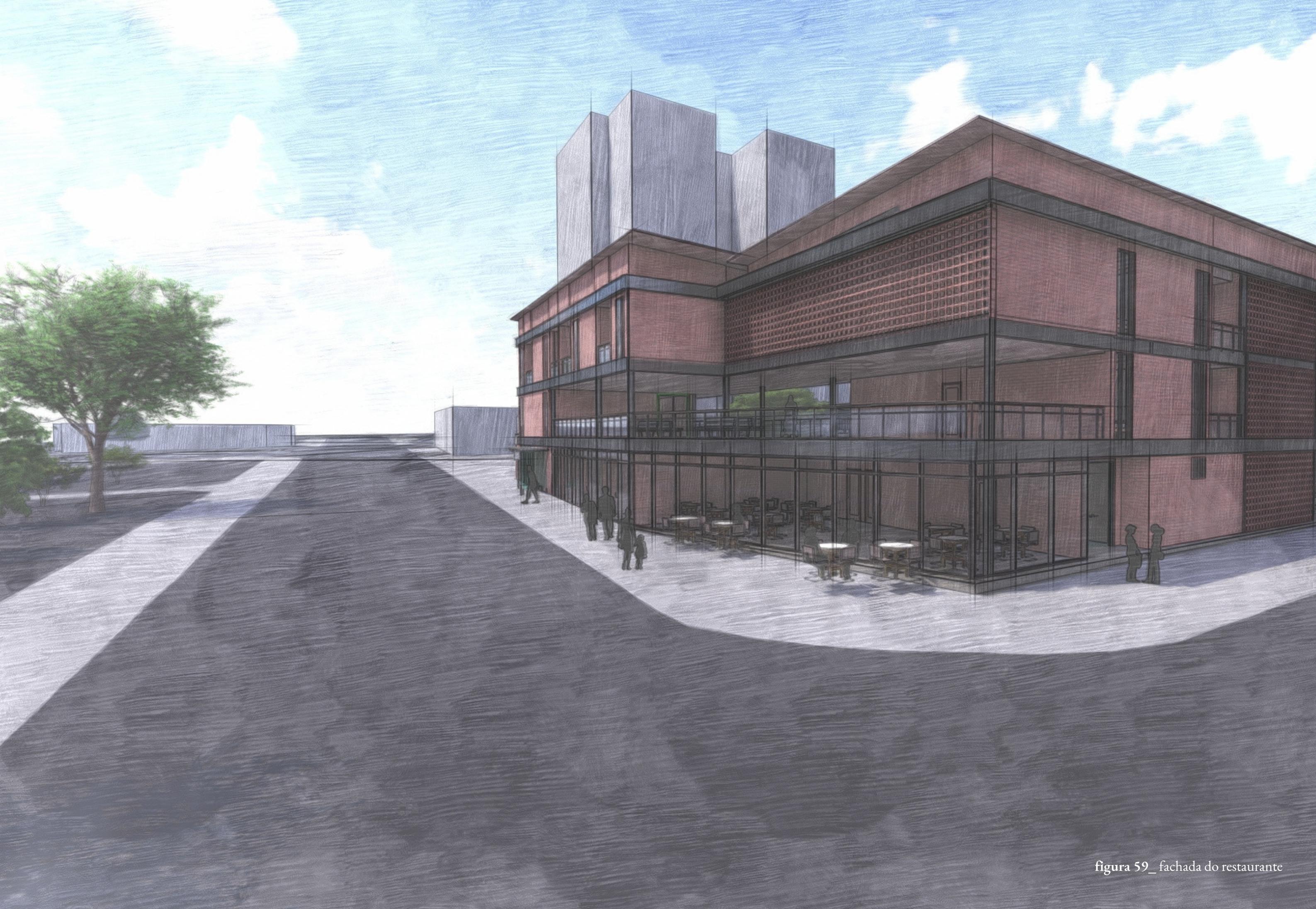


figura 59_fachada do restaurante

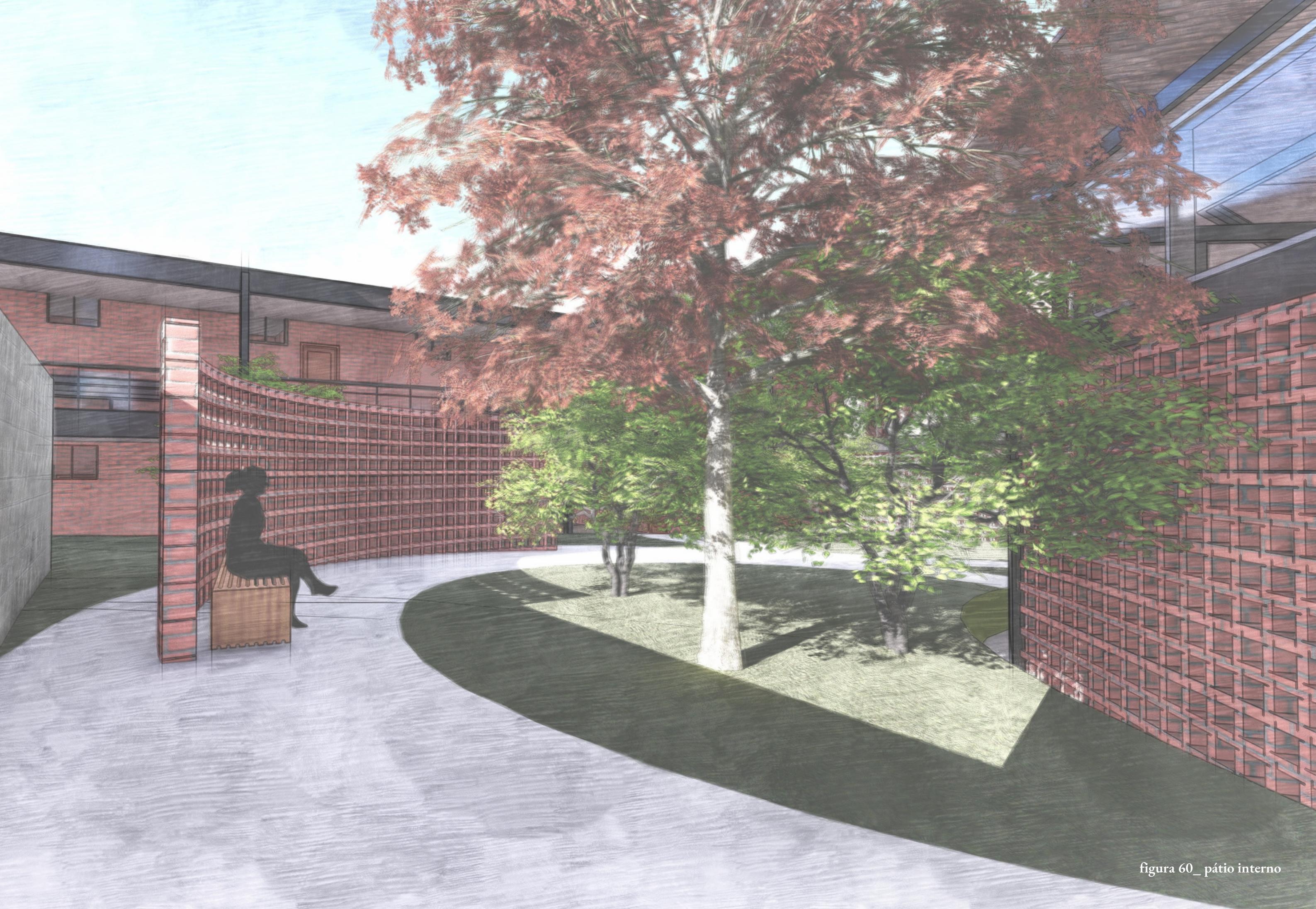


figura 60_ pátio interno

05

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de todo o processo de estudo, levantamento e projeto, se buscou a aproximação com a “cidade real”, com as demandas de um espaço marcado pela transitoriedade e pela lógica do capital, onde a diversidade de experiências, muitas vezes, deixa de ser levada em conta. A relação distante com a realidade dos bairros impede a relação de identidade e pertencimento da população com o lugar. Nesse contexto, se aproximar de tais lógicas de produção do espaço foi essencial para a compreensão de que são necessárias mudanças na maneira de projetar o urbanismo e a arquitetura com participação e debate, assim como defende Muxí (2021).

Desse modo, pensar espaços que levem em consideração a pluralidades de narrativas e os conflitos sociais torna-se aspecto de suma importância. Quanto às casas abrigos, o que se caracteriza é a desproporção entre a distribuição delas em relação ao número elevado de mulheres vítimas de violência no país. Os espaços de acolhimento existentes ainda não são suficientes para garantir a proteção das mulheres. Desse modo, o projeto buscou contribuir de alguma forma com essa carência de serviços. Compreende-se também que as casas abrigos são espaços que devem ser constantemente repensados, de modo a garantir da melhor maneira possível o bem-estar das moradoras, principalmente nos casos de risco de morte. São espaços que apesar de garantir a segurança, não devem cercear os comportamentos, mas devem proporcionar um recomeço para as vítimas.

06

REFERÊNCIAS

ADELLE, Giovanna. Campinas registra média de 11 casos de violência contra a mulher por dia em um ano. G1, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2022/03/08/campinas-registra-media-de-11-casos-de-violencia-contra-a-mulher-por-dia-em-um-ano.ghtml>> Acesso em junho de 2022.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres-SPM. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão de identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMPINAS (Prefeitura). Origens. Disponível em: <<https://www.campinas.sp.gov.br/sobre-campinas/campinas.php>> Acesso em junho de 2022.

_____. Plano Diretor Municipal. Campinas, 2006.

COLOSSO, Paolo. **Disputas pelo direito à cidade: mais novos personagens.** Tese (Doutorado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CORADIN, Renata. **ARQUITETURA E GÊNERO: Três Projetos em Viena.** I Congresso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible, 2014.

CORRÊA, Thamires Cristine; GONÇALVES JUNIOR, Francisco de Assis. **A temporalidade dos objetos técnicos: uma análise sobre o bairro Vila Industrial em Campinas e sua relação com as ferrovias no estado de São Paulo.** Geografia em questão. pág. 152-175, 2019.

DOMINGUES, Cleide Tânia; MECENEIRO, Regina Selma Catini; QUINTANA, Silmara. **Mulheres em risco: análise do perfil das mulheres vítimas de violência de gênero Casa Abrigo Sara M.** Revista Saúde em Foco - Edição nº 12, 2020.

FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). **Violência contra mulheres em 2021.** Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>> Acesso em junho de 2022.

FILGOLA, Patrícia. Centro de Referência e Apoio à Mulher. [Entrevista concedida a] Andressa Couto Nora. A entrevista faz parte do trabalho final de graduação integrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2022.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Martin Fontes, 2014.

IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo; MINEIRO, Paola Fernanda Silva; MASTRODI, Josué. **Espaço urbano, violência e mulheres negras (Parte II).** RBSD – Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 8, n. 3, p. 214-236, set./dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Tabulações do censo demográfico de 2010 - Campinas. Geoprocessamento e tabulação: CSPS – DEPLAN/SEPLAN.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** 1 ed. Estados Unidos. Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MARTÍNEZ, Zaida Muxí. CASANOVAS, Roser. CIOCOLETTTO, Adriana. FONSECA, Marta; GUTIÉRREZ, Blanca Valdivia. **¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?** Feminismos/s 17, junho de 2011, p.105-129.

MEYLAN, Arleide. **As dimensões do direito à moradia: o protagonismo da mulher na política de habitação de interesse social.** 2019. 246 f., il. Tese (Doutorado em Direito)- Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MONTANER, J.; MUXI, Z. **Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista.** São Paulo: Olhares, 2021.

PORTO, Dayse; COELHO, Luana Xavier Pinto; TROMBINI, Maria E.; LIMA, Rafaela P. de. **Do lar às ruas: pixo, política e mulheres.** In: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. Direito à cidade: uma visão por gênero. São Paulo: 2017.

LEMOS, Letícia L. HARKOT, Marina Kohler; SANTORO, Paula Freire. **Mulheres de bicicleta em São Paulo: da “cidade imoral” para a “cidade conquistada”.** Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. Direito à cidade: uma visão por gênero. São Paulo: 2017. p. 110-115.

RAGO, Margareth. Da insubmissão feminista na atualidade. Programa Café Filosófico, veiculado na TV Cultura, 6 de novembro de 2016.

RIBEIRO, Cristine J.; AVILA, Carla S. **O direito à cidade e a mulher negra.** Universidade Católica de Pelotas. Revista de ciências humanas e sociais, v.5, n.2, jul-dez, 2019.

ROCHA, L. M. L. N. **Casas-abrigo no enfrentamento da violência de gênero.** São Paulo: Veras Editora, 2007.

SÃO PAULO, Prefeitura. **Manual de Atendimento das Casas de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência (Casa Abrigo e Casa de Passagem).** Secretaria Municipal, São Paulo, 2021.

SANTOS, Rafael Roxo dos. **A Vila Industrial e o patrimônio histórico arquitetônico de Campinas- SP: entre a conservação e a reestruturação urbana.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, 2013.

SAVI, A. E. **Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SEGATO, Rita. **Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado: La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez.** México, DF: Ediciones de la Universidad del Claustro de Sor Juana, 2006.

SILVA, Paula F. **A Expansão urbana de Campinas através de Condomínios e loteamentos fechados (1974-2005).** (Dissertação de Mestrado) São Carlos, IAU-USP, 2008.

VELASCO, Larissa Augusto. **Além do túnel, uma vila - histórias e personagens do primeiro bairro-operário de Campinas.** Campinas: PUC-Campinas, 2005.

Imagen da capa- adaptada de zekadesign

São Carlos-SP
2022